BOLETIM
informativo
n.º 56 / 2.º Semestre 2016

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Cidadania e Defesa

CATÁSTROFES:
QUE RESPOSTAS?
PÁG. 5

ENCONTRO NACIONAL 2016
DA AACDN NA MADEIRA
PÁGS. 6-7

JANTAR DEBATE DA AACDN
PRESIDIDO POR SUA
EXCELÊNCIA O PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
PÁGS. 14

Portugueses nas Nações Unidas
PÁGS. 17-31

Sumário

Editorial	3
Visita da AACDN à EDIA e ao Aproveitamento Hidroelétrico do Alqueva	4
Catástrofes: Que respostas?	5
Encontro Nacional 2016 da AACDN	6
Jantar Comemorativo do 35.º Aniversário da AACDN em Lisboa	8
Jantar Comemorativo do 35.º Aniversário da AACDN no Porto	9
AACDN esteve representada nas Comemorações do Dia do Exército	10
Cerimónias da Comemoração do 1.º de Dezembro	11
Lanche de Natal da AACDN em Lisboa	12
Lanche de Natal da AACDN no Porto	12
Convívio de Natal da Delegação Regional da Madeira da AACDN	13
Jantar Debate da AACDN com a presença de Sua Excelência o Presidente da República	14
Delegação Regional da Região Autónoma da Madeira renova a constituição do Conselho Regional e do Conselho Diretivo	15
Dr.ª Isabel Fragoso condecorada com Medalha Naval de Vasco da Gama pelo CEMA e AMN	16
Estante	16
Discurso de António Guterres à Assembleia Geral no dia do juramento ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas	17
As Nações Unidas: Paz e Desenvolvimento	21
Ganhar a guerra e a paz no Médio Oriente Uma perspetiva de desenvolvimento num contexto de crises	25
A minha experiência nas Nações Unidas	30
O novo Presidente dos USA	32

Amigos da AACDN

Capa
Tomada de Posse de António Guterres como secretário-geral da ONU

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Boletim Informativo
Cidadania e Defesa

N.º 56 / 2.º semestre 2016

© Copyright AACDN 2016

Depósito Legal n.º 260726/07

Director
António Vilar

Editora Carla Fernandes

Colaboração Fotográfica
Câmara de Lisboa, SAJ FZ Horta Pereira (Gabinete de Imagem do Almirante CEMA), Presidência da República

Design
Luís Gonçalves / Instituto Hidrográfico

Paginação eletrónica e Produção
Instituto Hidrográfico

Administração, Redação
Praça do Príncipe Real,
23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Telef.: 213 465 888 | Fax: 213 257 886
E-mail: aacdn.sede@mail.telepac.pt

Tiragem 650 exemplares

Periocidade semestral

Editorial

Algumas palavras para justificar um apelo urgente

Estimados colegas da AACDN:

Nós, Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, somos uns privilegiados, palavras estas também usadas pelo Sr. Presidente da República aquando do jantar com que muito nos honrou. Alguns de nós não terão disso consciência e, porventura, mais Auditores ainda, tendo, algum dia, representado essa mais valia, não podem, não querem, ou não precisam já dessa identidade. O certo é, porém, que foi o Estado – todos os contribuintes – quem pagou a nossa formação.

Estamos, muitos de entre nós, em dívida, pois, para com a Nação.

Em dívida, também, para com todos os nossos colegas Auditores ainda não associados da AACDN – devemos-lhes solidariedade e afeto, pelo menos.

Somos, por outro lado, credores do Estado. Credores de respeito e atenção, designadamente, o que nem sempre acontece. É por isso que há que trabalhar para se conseguir estabelecer um conjunto de direitos e obrigações que vinculem os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional aos interesses vitais de Portugal.

A AACDN não pretende favores de ninguém. Mas não poderá, jamais, deixar de pugnar por ser uma instituição útil ao país e, também, aos seus associados.

O mundo em que vivemos convoca-nos ao pensamento do futuro (prospetivar), à ação cívica no presente e à partilha do ser, do ter, do saber. Sempre.

Neste número do nosso Boletim lançamos, através de acutilantes artigos que nos foram disponibilizados, algumas pistas de reflexão e lembramos, também, eventos que nos são caros – como a escolha de um português – o Sr. Eng. António Guterres – para o cargo de Secretário-Geral da ONU, uma honra para nós todos e, oxalá, uma abertura para outros possíveis na ordem mundial. Um agradecimento a todos quantos, no futuro, nos vão enriquecer com os seus artigos... e, obviamente, ainda mais forte, aos que escrevem neste número.

Vivemos, neste início do século XXI, tempos perigosos e de muitos riscos. Até – ou sobretudo? – para a democracia liberal: o terrorismo que se desconstrói, mas não acaba; as pressões vindas, de forma clara ou subtil e perita, da China, da Rússia, da Turquia. Dos EUA (de Trump)... e dos poderosos da finança internacional. Também, de resto, perigosos para os Estados, as instituições (e as empresas) com a multiplicação e a banalização dos ataques cibernéticos que já conseguem, mesmo, interferir na opinião pública em tempo de eleições. Em breves palavras, neste novo mundo, que já se classificou de "*pós-ocidental*", não faltam razões e temas para pensar e agir.

A guerra é a paz?
A liberdade é a escravatura?
A ignorância é a força? (Georges Orwell, 1984).

Não! O apelo, caros auditores, é, pois, este: não deixem morrer os vossos valores que até hoje nos tornaram em melhores seres humanos. Deixem os vosso lugares de conforto antes que seja tarde de mais e venham à luta com a vossa AACDN!

António Vilar
Presidente da Direção da AACDN
Sócio n.º 835/03

Vivemos, neste início do século XXI, tempos perigosos e de muitos riscos. Até – ou sobretudo? – para a democracia liberal: o terrorismo que se desconstrói, mas não acaba; as pressões vindas, de forma clara ou subtil e perita, da China, da Rússia, da Turquia. Dos EUA (de Trump)...

Visita da AACDN à EDIA e ao Aproveitamento Hidroelétrico do Alqueva

Apresentação na EDIA

Barragem do Alqueva

Realizou-se no dia 16 de setembro de 2016, a visita de uma comitiva da AACDN à EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., em Beja e ao Aproveitamento Hidroelétrico do Alqueva, em Alqueva. Uma visita que contou com a presença de onze associados oriundos de Lisboa e do Porto.

O objetivo da visita foi o de providenciar aos nossos associados a oportunidade de visitarem uma obra de grande relevância para Portugal, a Barragem do Alqueva, que com a sua albufeira de grandes dimensões constitui uma reserva estratégia de água para o País e é, simultaneamente, o maior lago artificial da Europa Ocidental. Os primeiros estudos para a construção da Barragem tiveram início já na década de 1960. O projeto esteve em discussão técnica e pública durante várias décadas sendo que já nos anos 90 do século passado a sua construção foi finalmente iniciada e terminou em 2002. Desde o seu primeiro enchimento a Barragem do Alqueva tem sido um sucesso a vários níveis.

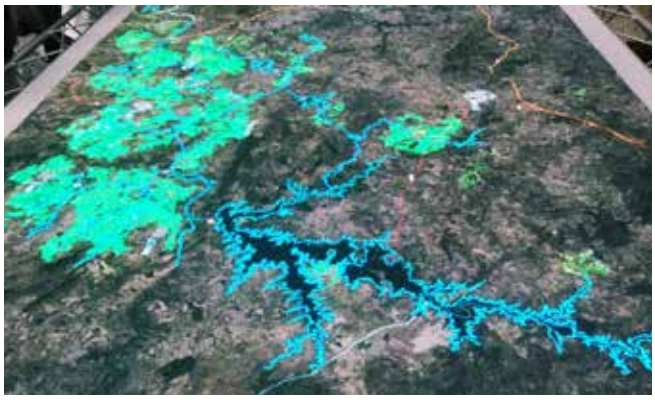
Durante a manhã a Comitiva da AACDN visitou a EDIA. A sua missão é conceber, executar, construir e explorar o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), contribuindo para a promoção do desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção, a que correspondem 20 concelhos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal. Com sede em Beja, centro da região beneficiária, a EDIA tem uma orientação estratégica baseada nos eixos prioritários do aproveitamento do Empreendimento assente no recurso "Água" e no aumento da produção e rentabilização dos investimentos nas infraestruturas criadas, visando o êxito do Projeto.

Durante a apresentação os associados foram informados dos impactos EDIA na região, nomeadamente, no aumento da produtividade agrícola, na formação e educação das populações e agentes económicos, na melhoria da eficiência do uso da água, na aproximação dos agricultores aos seus potenciais clientes, na proteção ambiental, na recuperação do património, entre outros.

Da parte de tarde, a comitiva visitou a barragem do Alqueva, onde teve a oportunidade de visitar esta infraestrutura por dentro. Foram vistas a casa das máquinas, os centros de controlo e os órgãos de emergência da barragem. Tal como o Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, o Alqueva tem um sistema de turbina-bomba, que permite usar a energia excedentária (p.e. das eólicas) durantes os períodos de menor consumo para bombar água do reservatório de jusante para o reservatório de montante. Com o seu elevado volume de armazenamento, esta barragem assume um papel essencial na capacidade nacional em otimizar os recursos energéticos endógenos.

A AACDN agradece a amável oportunidade que a EDIA e a EDP nos ofereceram e toda a generosa hospitalidade com que fomos recebidos.

João Pedro Pêgo
Vogal da Direção
Sócio nº 1080/13



Maquete do EFMA

Catástrofes: Que respostas?

Abertura da conferência Catástrofes - Presidente AACDN e o Dr. António Marques

Catástrofes - mesa de oradores

A Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, no desiderato de levar a cabo iniciativas que divulguem e tratem os temas plasmados no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), acolheu uma proposta de um dos seus associados, o Dr. António Marques/CDN16, Diretor de Departamento do Centro Hospitalar do Porto, que visa abordar a resposta a catástrofes no nosso país.

Considerando alguns das principais ameaças e riscos à segurança nacional, levantados no CEDN, sejam elas de natureza global, como o terrorismo e a proliferação de armas de destruição massiva, ou de natureza ambiental, como os riscos ambientais e sísmicos, assim como as pandemias e outros riscos à segurança sanitária, a Direção da Associação entendeu realizar um debate sobre o "estado da arte" da resposta às catástrofes em Portugal.

Considerando também, que o CEDN refere que "O Estado, deve maximizar as capacidades militares e civis existentes e impulsionar uma abordagem integrada na resposta às ameaças e riscos, operacionalizando um efetivo sistema nacional de gestão de crises", entendeu-se convidar agentes de proteção civil, militares e civis, para proporcionar uma informação e um debate mais abrangentes e estimulantes.

Assim, a iniciativa que visa identificar e debater as capacidades e valências existentes no nosso país, bem como a adequação da estrutura existente, da sua capacidade de planeamento, de comando e controlo das respostas a dar perante os diferentes tipos de ameaças e de riscos, conta desde o início com o forte apoio do Exército português, do INEM, da ANPC, bem como de algumas corporações de Bombeiros, nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Baltar, os de Santa Maria da Feira e os Bombeiros Sapadores de Coimbra.

O modelo definido contempla uma primeira parte com um painel de três oradores, seguido de um painel de comentadores institucionais da ANPC e do INEM e de debate com o público presente. Na segunda parte, convidam-se os presentes a assistirem a uma exposição de meios e capacidades, disponibilizados pelo Exército, pelo INEM, pela ANPC e pelas corporações de Bombeiros supramencionadas.

O painel de conferencistas é composto por um especialista de emergência médica – Dr. António Marques, por uma oficial de Engenharia do Exército – Major Ana Silva e por um Comandante de uma corporação de Bombeiros – Dr. Delfim Cruz.

Esta iniciativa tem previstas três edições, em locais diferentes, todas no mesmo formato, tendo-se já realizado a primeira, na Academia Militar do Exército, na Amadora, conforme o calendário seguinte:

- **13 de janeiro – Academia Militar/ Amadora**
- **17 de março – Centro de Saúde Militar de Coimbra / Coimbra**
- **26 de maio – Quartel dos BVBaltar/ Paredes**

Este evento, aberto ao público em geral, tem como principais destinatários os diversos quadros dos agentes de proteção civil, nomeadamente da ANPC, do INEM e do SNS, dos Bombeiros Voluntários e Sapadores, das Forças Armadas e Forças de Segurança e das Câmaras municipais.

Para além de informar o público referido, sobre as ameaças e os riscos existentes e quais os meios para lhes fazer face, no que às catástrofes diz respeito, tem também como objetivo debater as respetivas vulnerabilidades nacionais.

Catástrofes - exposição de meios

Catástrofes - exposição de meios

Paulo José da Cruz Lourenço
Coronel de Infantaria
Vice-presidente da direção da AACDN
Sócio nº 1056/12

Encontro Nacional 2016 da AACDN

O Encontro Nacional 2016, da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, subordinado ao tema "Mar de Portugal – a economia azul como futuro", decorreu de 5 a 9 de Outubro 2016 e teve lugar, pela primeira vez, na Região Autónoma da Madeira.

Participaram no Encontro Nacional associados e seus convidados, tendo estado representadas todas as Delegações Regionais, pelos Presidentes dos Conselhos Diretivos, nomeadamente a Engª. Rosário Alves, o Eng.º Aires Francisco e o Dr. Brazão de Castro, respetivamente das delegações Norte, Centro e da Região Autónoma da Madeira. Os órgãos nacionais fizeram-se representar pelo Presidente da Assembleia Geral – Dr. José Monteiro e pelo Presidente da Direção – Prof. Doutor António Vilar.

O programa do Encontro incluiu:

a) Apresentação de cumprimentos a entidades regionais, autárquicas e militares mais representativas na Região Autónoma, nomeadamente o Governo Regional, na pessoa da senhora Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Profª. Doutora Susana Prada, em representação do Presidente do Governo Regional (ausente em missão de serviço no Canadá), a Câmara Municipal do Funchal, na pessoa do seu Presidente, Dr. Paulo Cafôfo e o Comando da Zona Militar da Madeira, na pessoa do seu Comandante, Major-General Rui Clero,
b) Conferência promovida pela AACDN (Direção Nacional e Delegação Regional), em cooperação com o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais e
c) Atividades culturais e de lazer.

Nas visitas efetuadas às entidades referidas, os associados puderam assistir a *brífingues* e alocuções sobre as atividades desenvolvidas pelas mesmas, nomeadamente sobre a situação e os projetos que estão a desenvolver e os que estão identificados para esta Região.

As apresentações feitas foram complementadas com visitas a diversas zonas da Ilha, o que permitiu aos associados inteirarem-se acerca da realidade da Madeira e aperceberem-se das potencialidades e vulnerabilidades da mesma. Foi possível constatar um grande progresso, a vários níveis e identificar projetos e oportunidades que, no imediato e a médio prazo, poderão representar mais-valias económicas e sociais para a Madeira. O desenvolvimento desses projetos poderão ter um enorme impacto na melhoria das condições de vida das populações e, igualmente, contribuirá para o aumento exponencial do turismo.

Ainda sobre a realidade regional, de assinalar os riscos decorrentes das alterações climáticas e/ou dos fenómenos climáticos extremos. As entidades com que falámos abordaram os trágicos acontecimentos ocorridos recentemente na Região, nomeadamente as inundações do ano 2010 e a catástrofe dos incêndios verificada no último verão. Tanto num caso como noutro, o envolvimento das Forças Armadas e das Forças de Segurança, em coordenação com o Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira e o Governo da Região foi determinante para minimizar o impacto negativo, nas populações (com danos materiais avultados e reflexos na economia e vida das populações).

A Direção nacional e a Delegação Regional da Madeira da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional organizaram, em cooperação com o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, uma conferência subordinada ao tema "A Economia Azul na Região Autónoma da Madeira – um desafio e uma oportunidade", cujo palestrante foi o Eng. Manuel Ara, Subdiretor Regional para os Assuntos do Mar.

A apresentação sobre a Economia Azul na Região Autónoma da Madeira, identificou os principais projetos que estão em desenvolvimento, nomeadamente nas áreas da biotecnologia, aquacultura e turismo costeiro e marítimo, com vista a criar mais emprego e apoiar a economia regional. A área com mais impacto na atualidade é a relacionada com o turismo costeiro e marítimo, fruto do incremento muito significativo do número de cruzeiros e outros navios que fazem escala nesta Região Autónoma, o que implica uma crescente coordenação e especialização dos seus Portos e facilidades marítimas.

Paralelamente, e não menos importante, é toda a problemática relativa à extensão da plataforma continental da Madeira e a questão de jurisdição marítima das Ilhas Selvagens, à luz da Convenção das Nações Unidas sobre Direito Internacional do Mar e, por outro lado, a Politica Marítima Integrada da União Europeia.

O Subdiretor para os Assuntos do Mar, Eng. Manuel Ara sublinhou, ainda as implicações que a aplicação destes instrumentos jurídicos internacionais poderá ter na economia azul da Região e a inerente responsabilidade do nosso país pela gestão integrada destas vastas áreas, quer ao

nível de soberania, quer da gestão de recursos marinhos (vegetais, animais e minerais), decorrentes da possível decisão favorável das Nações Unidas sobre a proposta portuguesa da extensão da Plataforma Continental.

Durante a estadia realizou-se uma visita às instalações da Delegação Regional da Madeira, onde foi possível um agradável convívio com os colegas madeirenses. A visita foi precedida por uma saudável e produtiva reunião entre a Direção Nacional e o Conselho Diretivo da Delegação da Madeira, com o seu Presidente, Dr. Brazão de Castro e os associados madeirense, que decorreu de forma muito participativa e com muito interesse. Nesta ocasião foram oferecidas placas pelo Presidente da Direção da AACDN e pelo Presidente do Conselho Diretivo da Delegação da Região Autónoma da Madeira, a marcar este Encontro Nacional - o primeiro, a ter lugar nesta Região Autónoma.

De realçar que, durante todos os momentos do programa, fomos acompanhados pelos nossos colegas madeirense, que foram inexcedíveis em apoio e simpatia, tendo sido uma oportunidade única para estreitar laços e trocar impressões sobre as questões de interesse nacional e regional, em particular sobre as de segurança e defesa.

E, por fim, realçar a importante componente lúdica/cultural deste Encontro Nacional da AACDN, que permitiu um caloroso e amigável convívio entre os nossos associados.

Os associados puderam visitar o Salão Nobre da Câmara Municipal do Funchal, o Museu de Arte Sacra, o Teatro Municipal Baltazar Dias, o Jardim Botânico, o interessante Parque Temático da Madeira, na região de Santana e disfrutar das belíssimas paisagens observadas dos miradoiros da Eira do Cerrado (sobre o Curral das Freiras), do Cabo Girão e uma descida de teleférico até à Fajã dos Padres. Realizou-se também uma agradável e instrutiva caminhada na levada do Pico das Pedras e visitou-se o Pico do Areeiro, onde se disfrutou da soberba vista da região e se pode ver a instalação da Estação de Radar n.º 4, da Força Aérea, que tem a missão de garantir a prontidão dos meios de vigilância e deteção (http://www.emfa.pt/www/mobile/unidade-123).

De assinalar ainda a excelência da gastronomia local, onde nas múltiplas experiências feitas, os auditores puderam testemunhar mais esse atributo da realidade local (o que foi fruto de escolhas criteriosas e seletivas, ao nível da restauração), o que muito valorizou o são e agradável convívio entre participantes deste Encontro.

O Encontro Nacional teve uma cobertura importante dos "media" locais, quer da Televisão, quer da imprensa escrita – a tribuna da Madeira (de 7 de Outubro 2016) com entrevistas e artigos, nomeadamente com o nosso Presidente Prof. Doutor António Vilar e o Presidente do Conselho Diretivo da Delegação da Região Autónoma da Madeira, Dr. Brazão de Castro.

Uma palavra sentida de agradecimento ao apoio prestado pelos militares da Zona Militar da Madeira, pelas facilidades de transporte e pelo elevado profissionalismo e competência dos quadros e praças que nos apoiaram.

Paulo Lourenço
Coronel de Infantaria
Vice-presidente da direção da AACDN
Sócio nº 1056/12

Catulina Soares Guerreiro
Secretária da Direção da AACDN
Sócia nº 804/03

Jantar Comemorativo do 35.º Aniversário da AACDN em Lisboa

A Direção da AACDN organizou dois jantares para celebrar o 35.º aniversário da AACDN, em Outubro de 2016. O no Porto teve lugar no dia da constituição da AACDN.

Em Lisboa, foi no dia 27 de outubro, no Palácio Seixas – atual Messe da Marinha em Cascais, tendo contado com cerca de 60 participantes, envolvendo alguns dos presidente das Direções anteriores. Tivemos ainda a honra de poder contar com a presença do Sr. Professor Adriano Moreira e esposa.

Tanto no jantar de Lisboa, como no do Porto, os auditores e acompanhantes reuniram-se para assinalar a Comemoração do 35º Aniversário da nossa AACDN e, assim terem oportunidade de mais uma vez poderem partilhar ideias e confraternizarem.

No jantar do Lisboa, os presentes tiveram a oportunidade de ouvir uma palestra pelo Prof Dr. Dr. Bernardo Pires de Lima. A apresentação do orador foi feita pelo Dr. António Vilar, Presidente da Direção, que traçou em poucas palavras o extraordinário Curriculum que, apesar de ser, relativamente jovem, já conta é investigador da Universidade americana de John Hopkins e tem proferido inúmeras palestras e produzido artigos em diversos "fora" quer em Portugal, quer no estrangeiro,

O Prof Dr. Dr. Bernardo Pires de Lima que é doutorado em ciência política e comentador de vários programas da TV e tem escrito para diversas revistas nacionais e internacionais dissertou sobre o" Impacto das Eleições americanas na Europa" tendo traçado os possíveis cenários para repercussões que poderão ocorrer na Europa, caso Hillary Clinton ou Donald Trump ganhem as eleições americanas de 8 de Novembro 2016.

Segundo Pires de Lima, essas repercussões poderão contribuir para que as perspetivas para a Europa, quer ganhe um ou outro candidato serão um pouco Outonais, ou seja caso Hillary ganhe, sejam incertas mas, com cenários que poderão ser, Outono apesar de tudo solarengo e, se Trump ganhar poderá ser de um Outono mais tempestuoso.

Como já vem sendo usual, o Dr. António Vilar, na sua qualidade de Presidente da Direção, agradeceu ao Conferencista, Doutor Bernardo Pires de Lima a sua disponibilidade e a sua excelente apresentação e entregou a habitual medalha da AACDN como um gesto simbólico do agradecimento da sua participação neste jantar Comemorativo.

A terminar, o Presidente da AACDN enalteceu as qualidades da nossa Secretaria da AACDN, Dª Maria Albertina, que ao longo dos anos tem vindo a ser a cara da AACDN. Como prova desse apreço e estima foi-lhe atribuída uma placa da AACDN e foi transmito pelo Dr. António Vilar, em nome da Direção, o agradecimento pelo seu trabalho, ao longo destes 25 anos.

Catulina Soares Guerreiro
Secretária da Direção da AACDN
Sócia nº 804/03

Jantar Comemorativo do 35.º Aniversário da AACDN no Porto

No quadro das comemorações dos 35 anos da nossa associação, realizou-se o jantar Comemorativo do 35.º Aniversário da AACDN no dia 21 de outubro de 2016, no Restaurante Terrela do Porto, contanto com mais de trinta Auditores dos Cursos de Defesa Nacional e familiares.

Tivemos o privilégio de contar com a presença do nosso Presidente da mesa da Assembleia Geral, Dr. José Monteiro que, com a sua amável esposa, vieram de Lisboa até ao Porto para o efeito. Assim como, o Dr. Mário Pontes e sua esposa, que também nos honraram com a sua presença.

Durante o jantar de confraternização, tivemos ocasião de ouvir uma palestra do Provedor da Santa casa da Misericórdia do Porto, nosso associado e anteriormente presidente da Mesa da Assembleia Geral da AACDN que, de forma clara e aprofundadamente nos traçou as linhas mestras da ação a SCMP e sua relação com o Estado, bem como alertou para a permanente urgência de nos colocarmos ao serviço dos outros que sofrem.

Presente entre os convidados, o Sr. Eng.º António Braga da Cruz, recordou, em breves palavras, o esforço que, alguns nomes do Norte, entre os quais o saudoso Eng. Paulo Vallada e o Sr. Eng.º. Belmiro de Azevedo e ele próprio, desenvolveram para que o Curso de Auditores de Defesa Nacional também tivesse um polo no Porto.

Antes de encerrarem os trabalhos, também a presidente da Delegação Regional do Norte e o presidente da Delegação Regional do Centro, respetivamente Engª. Rosário Alves e Eng.º Aires Francisco usaram da palavra no âmbito destas comemorações e do futuro da AACDN.

Coube ao Coronel Paulo Lourenço a excelente organização do evento, que todos lhe agradeceram.

António Vilar
Presidente da Direção
Sócio n.º 835/03

AACDN esteve representada nas Comemorações do Dia do Exército

As Comemorações do Dia do Exército foram presididas por Sua Excelência, o Ministro da Defesa Nacional, Doutor José Alberto Azeredo Lopes e contaram, com a presença do Sua Exª o Chefe de Estado-maior do Exército, General Frederico José Rovisco Duarte. Assim como, com altas individualidades, nomeadamente o Presidente da Câmara de Elvas Dr. Nuno Mocinha e um grupo alargado de outras entidades. O ex-Presidente da República, General António Ramalho Eanes e esposa estiveram presentes. Estas individualidades foram, longamente aplaudidos pelas muitas centenas de pessoas que assistiram às cerimónias, o que constituiu, inequivocamente, uma expressão forte das valências e capacidades do Exército.

A convite do Chefe do Estado-Maior do Exército, o presidente da Direção da AACDN, Dr. António Vilar, esteve presente no desfile militar, na missa e, em outras ações que, no âmbito das Comemorações deste Dia do Exército decorreram, este ano, na cidade de Elvas, Alentejo, de 21 a 23 de Outubro de 2016.

Nos dias 21 e 22 de Outubro, para além dos exercícios e treinos militares, houve também ações de aproximação às populações locais, nomeadamente um dispositivo sanitário, com vista à realização de consultas gratuitas de diversas especialidades médicas e cuidados de enfermagem às populações locais, mais carenciada, através dos meios disponíveis do Exército, o que para além do enorme simbolismo, denota uma excelente pertinência social e, tem um especial significado, na ligação do Exército com as populações da proximidade das suas instalações militares.

As comemorações do Dia do Exército português começaram com uma Missa de Ação de Graça e Sufrágio na antiga Sé de Elvas, agora Igreja de N. Senhora da Assunção que contou com enorme presença de convidados, militares e da população; um concerto da Orquestra Ligeira do Exército; uma homenagem a ex-combatentes, apresentação equestre e, uma cerimónia e desfile militar, Rossio de S. Francisco, junto ao imponente Aqueduto da Amoreira, Elvas, no Alentejo.

No encerramento das referidas Comemorações houve um almoço oficial, no Solar dos Chorões, onde S. Exª, o Chefe do Estado-maior do Exército, Senhor General Frederico Rovisco Duarte manifestou, a sua confiança no Exército, o qual apesar da austeridade vivida, mantém a sua determinação em prosseguir, a Missão que lhe foi confiada.

Catulina Soares Guerreiro
Secretária da Direção da AACDN
Sócia nº 804/03

Cerimónias da Comemoração do 1.º de Dezembro

Fonte: Câmara de Lisboa

A convite da Sociedade Histórica de Independência de Portugal (SHIP), a Direção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional fez-se representar pela Secretária da Direção da nossa AACDN. na Cerimoniá que assinala mais uma comemoração 1º de Dezembro, data evocativa da Restauração da Independência de Portugal as cerimónias, presididas pelo Senhor Primeiro Ministro Dr. António Costa, tiveram lugar na Praça dos Restauradores e no Palácio da Independência. Foram, como já vem sendo usual, organizadas conjuntamente pelo Município de Lisboa, a Sociedade História da Independência de Portugal (SHIP) e o Movimento 1º de Dezembro.

Destas cerimónias constou o hastear das bandeiras, a homenagem aos heróis da restauração e da guerra da aclamação, uma missa solene de ação de graças e o desfile de bandas proveniente de diversas Instituições de todo o país. Seguiu-se uma conferência sobre "O Palácio da Independência" proferida pelo Doutor Jorge Pereira de Sampaio, que teve lugar no Salão Nobre do Palácio da Independência. E a assinatura do livro de honra pelos convidados presentes. A Homenagem aos Heróis da Restauração e da Guerra da Aclamação foi feita por representantes de diversas Instituições, nomeadamente alunos de Escolas Militares e de Segurança, com deposição de Coroas de Flores junto ao Obelisco aos Heróis da Restauração na Praça dos Restauradores, em Lisboa.

O Encerramento das Cerimónias da Comemoração do 1º de Dezembro, evocativa da Restauração da Independência de Portugal, em 1640, teve lugar no Teatro da Trindade com um concerto de Portugal, da restauração e da independência nacional, pela Banda da Armada, sob a regência do Maestro Comandante Délio Gonçalves. Parafraseando o nosso associado Professor Dr. Matos Chaves «Qualquer Nação tem memória, sob pena de desaparecer enquanto entidade política autónoma... Os governantes devem assumir a sua herança histórica, preservá-la, cultivá-la, e transmiti-la, aos sucessores. Os factos da História de um Povo são o "cimento" agregador mais importante para a sua sobrevivência, no seio do Sistema Internacional».

A finalizar, destacamos a importância destas Comemorações, em especial pelo facto do feriado do 1º de Dezembro ter sido reposto, ao fim de três anos, em que tinha sido eliminado. Para que tal fosse possível muito se deve ao Movimento do 1º de Dezembro, coordenado pelo Dr. Ribeiro de Meneses.

Catulina Soares Guerreiro
Secretária da Direção da AACDN
Sócia nº 804/03

Fonte: Câmara de Lisboa

Fonte: Câmara de Lisboa

Fonte: Câmara de Lisboa

Fonte: Câmara de Lisboa

Fonte: Câmara de Lisboa

Lanche de Natal da AACDN em Lisboa

A Direção da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional organizou o Lanche de Natal no dia 14 de Dezembro 2016, na sede, e convidou todos os associados a se juntarem a nós, para mais um são e saudável convívio entre associados e membros da Direção, muito em particular nesta época natalícia, em que o retorno à família e colegas com afinidades é, incomensurável.

Os Auditores presentes, a esta nossa já habitual iniciativa, não foram, tantos como desejaríamos, comparativamente àquilo que seria expectável mas, nem sempre os associados estão disponíveis, ou motivados, dadas a multiplicidade de desafios, em que estão envolvidos. Da Direção estiveram presentes, o Presidente Dr. António Vilar, a Secretária de Direção Dr. Catulina Guerreiro e a Vogal, Drª Maria Isabel Fragoso e compareceram cerca de 15 Auditores.

Pela nossa parte, agradecemos aos Auditores que responderam ao nosso convite e, esperamos que tenham podido desfrutar "in loco", da nossa Associação e do convívio entre colegas.

Durante o lanche, os associados aproveitaram a oportunidade para fazer um balanço de atividades da Associação, reforçar laços de amizade, estabelecendo uma plataforma de entendimento e de cultura de bem-estar que, estamos certos agradou à maioria dos presentes.

Resta à Direção congratular-se pela presença dos auditores e devolver-lhe um agradecimento especial, por terem, partilhado com a Direção o espirito natalício. Mas, ficamos conscientes, do muito que há a fazer para atrair mais auditores a estese outros eventos, que a AACDN vem organizando. Estamos conscientes que um maior envolvimento dos colegas nestes eventos quer sejam de matriz cultural, de segurança e defesa ou mesmo maior apreensão do papel das Forças Armadas, neste momento de transição que o Mundo enfrenta.

Catulina Soares Guerreiro
Secretária da Direção da AACDN
Sócia nº 804/03

Lanche de Natal da AACDN no Porto

No dia 16 de Dezembro de 2016 reuniram-se na delegação do Porto do Instituto da Defesa Nacional mais de vinte associados por ocasião do Lanche de Natal da AACDN no Norte. O evento contou com a presença de Auditores de várias edições do CDN, o que proporcionou um agradável momento de convívio entre diferentes gerações. Para muitos esta foi mais uma oportunidade de regressar ao belíssimo Castelo de São da Foz, disfrutar das vistas proporcionadas pela sua localização ímpar e recordar os dias em que aí frequentaram o Curso de Defesa Nacional.

O Presidente da Direção, António Vilar, agradeceu a presença de todos e realçou o incremento na adesão dos associados do Norte nas iniciativas da Associação. Entre os doces típicos da época, o debate sobre os temas da atualidade e as questões da Segurança e Defesa não deixou de dominar o ambiente. O espírito natalício pautou a partilha sempre presente nestas ocasiões e o ambiente descontraído, mas construtivo, que caracteriza a nossa Associação.

A conversa entre o animado grupo levou a que todos assumissem o compromisso de – numa próxima atividade – desafiar um colega da respetiva edição do CDN a se juntar, com vista à promoção da agenda da AACDN e do contacto entre os Auditores.

O Presidente da AACDN desejou a todos um bom Natal e um feliz 2017, reiterando os compromissos da Associação para com os seus associados e para com o nosso país.

Pedro Múrias

Convívio de Natal da Delegação Regional da Madeira da AACDN

A Delegação da Madeira da AACDN tem vindo a promover o convívio de natal pela quadra natalícia. Como é nossa prática os votos de Bom Natal são dados antes da refeição e precedidos de algumas palavras. Procura-se juntar os Auditores dos CDN bem como os Auditores dos CISEDE. Deseja-se aproximar quem se interessa por ciência política, relações internacionais, estratégia, segurança e defesa.

De há muito que a Delegação da Madeira da AACDN segue a orientação, de forma aberta, de proporcionar a quem se interessa por estas matérias, a maior participação possível nestes tempos tão incertos em que vivemos. Quanto à nossa atividade, este ano de 2016 revelou-se bem positivo. Tivemos os Seminários e Conferências do IDN disponíveis em videoconferência, proporcionando aos interessados, os contactos com as respetivas matérias. Estivemos nas conferências de segurança e defesa em Câmara de Lobos e tivemos o prazer e a honra de receber os nossos colegas Auditores dos CDN, no encontro nacional, que, este ano, teve lugar na RAM, com o especial empenho do nosso Presidente Nacional, o Prof. António Vilar.

Quero aqui deixar os agradecimentos ao Senhor Diretor do IDN – Major-General Vítor Rodrigues Viana, pela disponibilidade sempre manifestada para apoiar os projetos desta Delegação e, especialmente, pela nossa participação nas videoconferências. Agradecimentos muito sentidos desta Delegação ao Senhor General Rui Clero, Comandante Operacional e da Zona Militar da Madeira aqui mui dignamente representado pelo Senhor Coronel Rui Seiça, pelo apoio disponibilizado para que as Conferências e Seminários possam acontecer no COM e pela sua ação sempre incentivadora e amiga. Senhor Coronel Senhoras e Senhores Auditores e amigos Pela primeira vez temos no nosso jantar a presença dos Auditores do 4º CISEDE que está a decorrer na Madeira e com quem tive o gosto de estar, no âmbito do primeiro módulo, já concluído.

Para estes especialmente as boas vindas e peço uma salva de palmas.

Eduardo Brazão de Castro
Presidente da Delegação Regional da Madeira, da AACDN

Jantar Debate da AACDN com a presença de Sua Excelência o Presidente da República

Corpos sociais da AADCN com o Sua Excelência, o Presidente da República

A 28 de Janeiro de 2017, a Associação dos Cursos de Defesa Nacional (ACDN) realizou um jantar debate subordinado ao tema "A situação de Portugal no contexto geoestratégico Euro-Atlântico", na Messe de Oficiais, da Força Aérea, em Monsanto.

Este jantar foi amavelmente presidido por Sua Excelência o Presidente da República e contou, ainda, com a presença do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, dos Comandantes dos três ramos das Forças Armadas e do Chefe da Casa Militar de S. Exª o Presidente da República, acompanhados das respetivas esposas. Estiveram presentes um grande número de associados e convidados, sendo de destacar a presença de vários antigos presidentes da nossa Associação.

Após o serviço de aperitivos, o Sr. Presidente deu entrada na sala de jantar onde o aguardavam cerca de 130 pessoas que, de pé, o aplaudiram.

O Presidente da Direção da AACDN deu as boas vindas a todos e dirigiu algumas palavras de agradecimento a S. Exª o Presidente da República. De seguida o Presidente da Assembleia Geral apresentou o orador, Dr. Bernardo Pires de Lima que procedeu a uma interessante e elucidativa intervenção subordinada ao tema atual e relevante, acima referido.

A esta intervenção seguiu-se um debate moderado pela Dr.ª Isabel Fragoso, após o que foi servido um saboroso e requintado jantar. Por altura da sobremesa, Sua Excelência o Presidente da República tomou a palavra e dirigiu-se à assembleia, focando interessantes aspetos da política nacional e internacional. No fim da sua intervenção, Sua Excelência, dignou-se dar a oportunidade a que lhe fossem colocadas questões.

Decorridos cerca de 90 minutos, pelas 23,30 horas, o Senhor presidente da República, deu por terminado este interessante e participado jantar debate e dirigiu-se à saída, não sem cumprimentar os presentes e tirar fotografias com quem o solicitou.

Pouco antes da meia-noite, visivelmente bem-disposto, abandonou as instalações da Messes de Monsanto.

Isabel Fragoso
Vogal de Direção
Sócia n.º 593/96

Intervenção do Sua Excelência o Presidente da República

D.ª Catulina com Sua Excelência o Presidente da República

Jantar debate com a presença de Sua Excelência o Presidente

Delegação Regional da Região Autónoma da Madeira renova a constituição do Conselho Regional e do Conselho Diretivo

Realizou-se a 23 de fevereiro de 2017, a reunião geral dos associados inscritos na Delegação Regional da Região Autónoma da Madeira, com o objetivo de designar os sócios constituintes do Conselho Regional para o biénio 2017/19. A reunião foi convocada e dirigida pelo Presidente do Conselho Diretivo, Dr. Brazão de Castro, em consonância com o estipulado nos artigos 10º, 12º e 13º do Regulamento das Delegações.

Finda a reunião geral de associados, o novo Conselho Regional reuniu para, de acordo com a suas competências expressas no n.º 2 do Art.º 11 do Regulamento das Delegações, indicar o nome de três sócios, à Direção da AACDN, dos inscritos na Delegação Regional, para exercerem as funções de Presidente e Vogais do Conselho Diretivo.

Quer a constituição do Conselho Regional quer a do Conselho Diretivo, foram decididas por unanimidade.

Constituição do Conselho Regional

- Dr.ª Maria Celeste de Ornelas Carvalho
- Doutora Ana Cristina Machado Trindade
- Dr. António Jorge de Castro Pestana
- Dr. Eduardo António Brazão de Castro
- Dr. Carlos Alberto Rodrigues
- Eng.º Nuno Gonçalo Nunes Ornelas Perry Gomes
- Doutora Ana Isabel Portugal
- Sr. Carlos Manuel Rodrigues Santos
- Dr. José Honório Silva Gomes
- Dr. Francisco Manuel Freitas Gomes
- Dr.ª Cecília Pita Catarino

Associados indicados à Direção da AACDN, para constituírem o Conselho Diretivo:

- Presidente - Dr. Eduardo António Brazão de Castro (associado n.º 1035/2012)
- Vogal: Tesoureiro - Dr. António Jorge de Castro Pestana (associado n.º 443/1993)
- Vogal: Secretário - Carlos Alberto Rodrigues (associado n.º 896/2005)

Após nomeação pela Direção, em reunião da mesma, dos associados indicados para o Conselho Diretivo, será realizada a cerimónia de tomada de posse, na Região Autónoma da Madeira, em data a anunciar.

Paulo José da Cruz Lourenço
Vice-presidente da direção da AACDN
Sócio n.º 1056/12

Dr.ª Isabel Fragoso condecorada com Medalha Naval de Vasco da Gama pelo CEMA e AMN

Uma muito merecida condecoração foi atribuída à Sr.ª Dr.ª Maria Isabel Rodrigues Almeida Oliveira Fragoso, atual membro da direção da AACDN, pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, António Silva Ribeiro, a 14 de dezembro de 2016.

A direção regozija-se com o reconhecimento que um dos seus recebe e não só felicita vivamente a Sr.ª Dr.ª Isabel Fragoso e o seu marido, o Almirante Macieira Fragoso – um grande amigo da AACDN –, como lhe testemunha a sua gratidão pelo excelente trabalho que tem tido e realizado em múltiplas atividades da AACDN.

António Vilar
Presidente da Direção AACDN
Sócio n.º 835/03

Estante

Eduardo Paz Ferreira
Por uma sociedade decente. Começar de novo vai valer a pena, ed. Marcador, 2016

O autor tem sido pródigo em dar à estampa o seu pensamento sobre os males deste tempo, e do seu idealismo pessoal quanto a um mundo melhor. Intelectual brilhante, quase enciclopédico no saber e nas temáticas plúrimas que aborda, este professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tornou-se já uma Voz incontornável do tempo em que vivemos. Uma voz de esperança e desafiadora também da urgência de "Pensar Portugal".

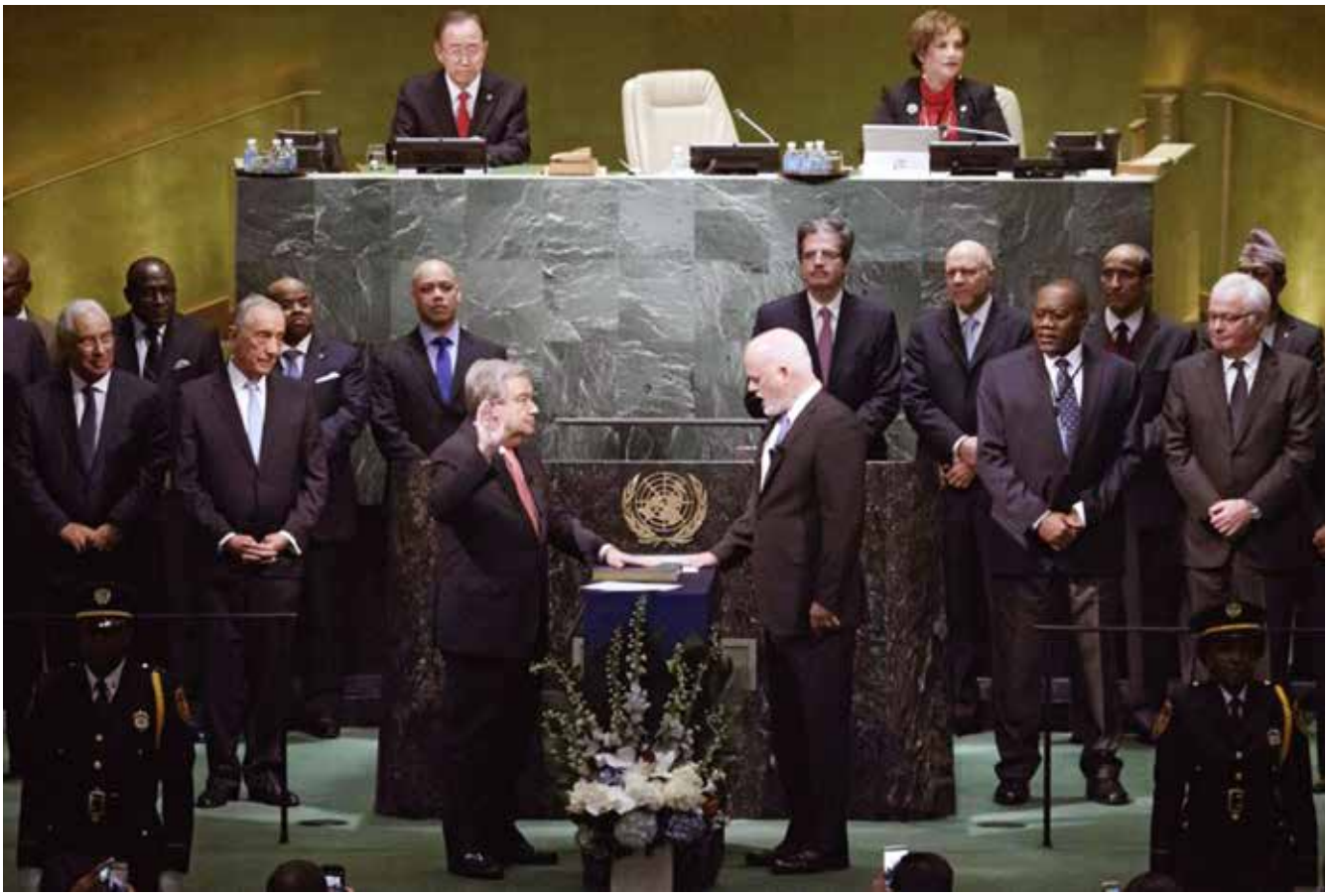
Adriano Moreira
Portugal e a Crise Global. Só a Aguia voa Sozinha, ed. Almedina, 2016

Na introdução aos textos, ora reunidos em livro, o Prof. Adriano Moreira, com uma lucidez telúrica, analisa enuncia e "profetiza" a evolução do Estado português, no sentido de poder vir a tornar-se um Estado exíguo. Mas não se rende à circunstância, apontando outros possíveis caminhos a desenvolver, nomeadamente à CPLP e à Plataforma Atlântica. Vale a pena citar as suas palavras que fecham a introdução: "Portugal não pode aspirar, como vaticinava Camões, a ser cabeça da Europa toda, mas estará nos alicerces do seu futuro".

Imperdível leitura.

António Vilar
Presidente da Direção da AACDN
Sócio n.º 835/03

Discurso de António Guterres à Assembleia Geral no dia do juramento ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas[1]



Muito obrigado por todas as suas palavras gentis. Estou profundamente honrado com a confiança que os Estados-Membros colocaram em mim e decidiram guiar-me pelos objetivos e princípios da Carta.

Em primeiro lugar, gostaria de prestar homenagem ao Secretário-Geral Ban Ki-moon. Secretário-Geral, a sua liderança de princípios ajudou a traçar o futuro das Nações Unidas - através da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030; através do seu compromisso com a paz e a segurança; através da sua iniciativa de colocar os direitos humanos no centro do nosso trabalho. Sob a sua direção, o mundo comprometeu-se com o histórico Acordo de Paris sobre as alterações climáticas - e ratificou-o em tempo recorde. Acredito firmemente que esse impulso é imparável. Caro Secretário-Geral Ban Ki-moon, é uma honra seguir os seus passos, defendendo os mesmos valores que nos unem. Muito obrigado.

Há vinte e um anos, quando assumi o juramento do cargo de primeiro-ministro de Portugal, o mundo estava montado numa onda de otimismo. A guerra fria tinha terminado, e alguns descreveram isso como o fim da história. Eles acreditavam que viveríamos em um mundo pacífico, estável, com crescimento econômico e prosperidade para todos. Mas, o fim da guerra fria não era o fim da história. Pelo contrário, a história simplesmente havia sido congelada em alguns lugares. Quando a velha ordem se dissipou, a história voltou com uma vingança.

As contradições e tensões ocultas ressurgiram. Novas guerras se multiplicaram e as antigas se reacenderam. A falta de clareza nas relações de poder levou progressivamente a uma maior imprevisibilidade e impunidade. Conflitos tornaram-se mais complexos - e interligados - do que nunca. Eles produzem horríveis violações do direito internacional humanitário e abusos dos direitos humanos. As pessoas foram forçadas a fugir de suas casas em uma escala invisível em décadas. E uma nova ameaça surgiu - terrorismo global. As megatendências - incluindo as alterações climáticas, o crescimento demográfico, a rápida urbanização, a insegurança alimentar e a escassez de água - aumentaram a concorrência pelos recursos e aumentaram as tensões e a instabilidade.

Ao mesmo tempo, os últimos 20 anos viram um progresso tecnológico extraordinário. A economia global cresceu; Indicadores sociais básicos melhoraram. A proporção de pessoas que vivem em pobreza absoluta caiu drasticamente. Mas, a globalização e o progresso tecnológico também contribuíram para o aumento

das desigualdades. Muitos povos foram deixados para trás, mesmo incluindo nos países desenvolvidos onde os milhões dos trabalhos velhos desapareceram e os novos estão fora do alcance para muitos. Em muitas partes, o desemprego dos jovens explodiu. E a globalização também ampliou o alcance do crime organizado e do tráfico.

Tudo isso aprofundou a divisão entre as pessoas e os estabelecimentos políticos. Em alguns países, vimos crescente instabilidade, agitação social - até violência e conflito. Um pouco por toda a parte, os eleitores tendem agora a rejeitar o status quo, e qualquer proposta do Governo é submetida a um referendo. Muitos perderam a confiança não só em seus governos, mas em instituições globais - incluindo as Nações Unidas.

O medo está levando as decisões de muitas pessoas ao redor do mundo. Devemos compreender suas ansiedades e atender às suas necessidades, sem perder de vista os nossos valores universais. É hora de reconstruir as relações entre as pessoas e os líderes - nacional e internacional; Tempo para que os líderes escutem e mostrem que se importam, com o seu próprio povo e com a estabilidade e a solidariedade globais de que todos dependemos. E é hora de as Nações Unidas fazerem o mesmo: reconhecer suas deficiências e reformar a maneira como funciona. Esta Organização é a pedra angular do multilateralismo e contribuiu para décadas de relativa paz. Mas, os desafios estão agora superando nossa capacidade de responder. As Nações Unidas devem estar prontas para mudar.

A nossa mais grave deficiência - e aqui me refiro a toda a comunidade internacional - é a nossa incapacidade de evitar crises. As Nações Unidas nasceram da guerra. Hoje, devemos estar aqui para a paz.

A prevenção exige que as nossas causas sejam profundas a percorrer os três países das Nações Unidas: a paz e a segurança, o desenvolvimento durável e os direitos humanos. Isso deve ser a prioridade em tudo o que nós fazemos.

A prevenção exige que as empresas e os países em seus esforços para melhorar

as suas instituições e a sua sociedade e os seus residentes.

Ele também pode ser revisado os direitos humanos como um valor fundamental que deve ser defendido em tantos que, e não em outras políticas. Todos, incluindo as minorias de todos os tipos, desfrutar de todos os direitos humanos - civis, políticos, económicos, sociais e culturais - sem descriminação.

Proteger e capacitar as mulheres e as meninas é essencial. A igualdade dos géneros é essencial para o desenvolvimento e para o papel que cabe na consolidação e no cumprimento da paz torna-se mais e mais ideável.

A prevenção não é um conceito novo: é o que os fundadores das Nações Unidas têm de fazer de si e de constituir o melhor meio de salvação das vítimas e da aliança.

Mas quando a prevenção falha, nós temos um ampliar esforços para resolver os conflitos.

Das gritantes crises, na Síria, no Iémen, no Sudão do Sul e em outros lugares a conflitos de longa data, incluindo o conflito israelense-palestino, precisamos de mais mediação, arbitragem e diplomacia criativa.

A escala dos desafios que se colocam no confronto entre o trabalho em contexto de trabalho e o futuro. Gostaria de esboçar aqui três princípios estratégicos da reforma: nosso trabalho para a paz; nosso Desenvolvimento Sustentável; e a nossa gestão interna.

Mulheres e homens que trabalham nas operações de manutenção da paz da paz das Nações Unidas. No entanto, eles muitas vezes são dadas a tarefa de manter uma paz que não existe. Nós temos assim que nós entendemos sobre o que recupere o trabalho de manutenção da paz, a fim de lançar as bases de uma reforma urgente.

Precisamos criar uma linha para a paz que liga prevenção e resolução de conflitos, manutenção da paz e consolidação da paz e desenvolvimento. Nós temos sobre os resultados dos três relatórios, bem como resoluções paralelas da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança. O momento é para nós, inspirado no novo conceito de paixão da paz, de nós engajar

em uma reforma global da estratégia, nas operações e nas estruturas das Nações Unidas para a paz e a segurança.

Esta reforma deve igualmente incluir um exame do nosso trabalho no domínio da luta antiterrorista e um melhor mecanismo de coordenação entre os 38 Estados-Membros.

O sistema das Nações Unidas ainda não fez o suficiente para prevenir e responder aos terríveis crimes de violência e exploração sexual cometidos sob a bandeira da ONU contra aqueles que deveríamos proteger. Trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros sobre medidas estruturais, jurídicas e operacionais para tornar a política de tolerância zero para a qual o Secretário-Geral Ban Ki-moon lutou tão duramente. Devemos garantir transparência e responsabilidade e oferecer proteção e recursos efetivos às vítimas.

O segundo elemento-chave da agenda de reforma diz respeito ao apoio das Nações Unidas aos Estados-Membros na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos objetivos do Acordo de Paris, expressão de solidariedade global, com a sua promessa de não deixar ninguém para trás. Para isso, reposicionaremos o desenvolvimento no centro do nosso trabalho e faremos uma reforma abrangente do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, na Sede e nos países. Isso deve envolver liderança, coordenação, entrega e prestação de contas. Vamos basear-nos no resultado das recentes discussões entre os Estados-Membros.

Devemos também aproximar a esfera humanitária e de desenvolvimento desde o início de uma crise para apoiar as comunidades afetadas, abordar os impactos estruturais e económicos e ajudar a evitar uma nova espiral de fragilidade e instabilidade. Resposta humanitária, desenvolvimento sustentável e sustentação da paz são três lados do mesmo triângulo.

Esta abordagem está relacionada com o novo modo de trabalhar acordado na Cimeira Humanitária Mundial. Para conseguir isso, precisamos de mais responsabilidade, no nível de cada agência que executa seu mandato, mas também de sua contribuição para o trabalho do sistema das Nações Unidas e do sistema como um todo. Uma forte cultura de prestação de contas também requer mecanismos de avaliação eficazes e independentes.

A terceira área-chave é a reforma da gestão. Vamos aproveitar os esforços existentes e implementar as iniciativas recentes que foram aprovadas. Mas, olhando para o pessoal das Nações Unidas e as regras e regulamentos orçamentais, pode-se pensar que alguns deles foram concebidos para impedir, em vez de permitir, a efetiva entrega de nossos mandatos.

Precisamos criar um consenso em torno da simplificação, da descentralização e da flexibilidade. Não beneficia ninguém se demorar nove meses para implantar um membro do pessoal para o campo. As Nações Unidas precisam ser ágeis, eficientes e eficazes. Deve focar mais na entrega e menos no processo; Mais sobre as pessoas e menos sobre a burocracia. Uma cultura de prestação de contas também requer um forte gerenciamento de desempenho e proteção efetiva para os denunciantes.

E não basta apenas fazer melhor. Devemos ser capazes de nos comunicar melhor sobre o que fazemos, de maneiras que todos entendem. Precisamos de uma reforma substancial da nossa estratégia de comunicação, atualizando nossas ferramentas e plataformas para alcançar pessoas em todo o mundo.

Por último, a reforma da gestão deve garantir que cheguemos à paridade de género mais cedo ou mais tarde. O objetivo inicial de uma representação equitativa de mulheres e homens entre os funcionários das Nações Unidas era o ano 2000. Dezasseis anos mais tarde, estamos longe dessa meta. Eu me comprometo a respeitar a paridade de gênero desde o início em todas as minhas nomeações para o Grupo de Administração Sênior e o Conselho de Diretores Executivos.

No final do meu mandato, devemos alcançar a plena paridade entre os sexos nos níveis de Secretário-Geral Adjunto e de Secretário-Geral Adjunto, incluindo representantes especiais e enviados especiais. Precisamos de um roteiro claro com

pontos de referência e prazos para alcançar a paridade em todo o sistema, bem antes do ano-alvo de 2030. E a mesma preocupação se aplica à diversidade regional.

Finalmente, qualquer investimento em uma ONU mais forte deve levar em conta o pessoal. Estou ansioso para trabalhar mais uma vez ao lado de mais de 85.000 homens e mulheres que executam o nosso mandato em 180 países em todo o mundo. Muitos deles trabalham em circunstâncias difíceis e às vezes perigosas. Com seu profissionalismo, expertise e dedicação, eles são o recurso mais importante das Nações Unidas, um recurso que precisa ser cuidado, desenvolvido e usado de forma eficiente, e cuja voz precisa ser ouvida.

Vivemos em um mundo complexo. As Nações Unidas não podem ter sucesso sozinhas. A parceria deve continuar a estar no centro da nossa estratégia. Devemos ter a humildade de reconhecer o papel essencial de outros atores, mantendo a plena consciência de nosso poder de convocação único.

Os nossos esforços humanitários e de desenvolvimento seriam insignificantes sem a participação ativa dos Estados-Membros e os contributos da sociedade civil, das instituições financeiras internacionais, dos investidores privados e mesmo dos mercados financeiros. Vários esforços de mediação e operações de paz não seriam possíveis sem o envolvimento de organizações regionais, particularmente a União Africana, nosso parceiro regional internacional mais relevante, tanto em paz como em segurança e em desenvolvimento.

Recentemente temos posto em desenvolvimento várias iniciativas importantes junto dos nossos parceiros. Nos compõem agora um bom prazo antes de iniciar outras novas.

Mas há um vazio nossa estratégia: trabalhar com os jovens. Durante demasiado tempo, os jovens são vistos excluídos da tomada de decisões que afetam um futuro.

Devemos aproveitar a obra realizada no passado com o apoio dos Estados Membros, o Enviado para a Juventude e a sociedade civil. Mas esta não pode ser uma iniciativa onde os ancianos são aqueles que possuem as novas gerações. As Nações Unidas devem apoiar os jovens e aumentar sua participação na sociedade e seu acesso à educação, à formação e ao emprego.

O paradoxo de hoje é que, apesar da maior conectividade, as sociedades estão ficando cada vez mais fragmentadas. Mais e mais pessoas vivem dentro de suas próprias bolhas, incapazes de apreciar suas ligações com toda a família humana. No final, ele se resume a valores, como foi dito tantas vezes hoje. Queremos que o mundo herdado por nossos filhos seja definido pelos valores consagrados na Carta das Nações Unidas: paz, justiça, respeito, direitos humanos, tolerância e solidariedade. Todas as principais religiões abraçam esses princípios e nos esforçamos para refleti-los em nossas vidas diárias.

Mas, as ameaças a esses valores são, na maioria das vezes, baseadas no medo. Nosso dever para com os povos que servimos é trabalhar juntos para passar do medo uns dos outros, para confiar uns nos outros. Confie nos valores que nos ligam e confiem nas instituições que nos servem e nos protegem.

A minha contribuição para as Nações Unidas será destinada a inspirar essa confiança, enquanto faço o meu melhor para servir a nossa humanidade comum.

Muito obrigado.

António Guterres
12 de Dezembro de 2016

Notas

[1] António Guterres (2016). "Secretary-General-designate António Guterres' remarks to the General Assembly on taking the oath of office". United Nations Secretary-General (adaptado)

As Nações Unidas: Paz e Desenvolvimento[1]

Catulina Soares Guerreiro

A Agenda para a Paz, lançada em 1992, pelo então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Boutros-Boutros Ghali sugeria que esta Organização deveria reagir perante conflitos violentos, através da manutenção da Paz e do Desenvolvimento.

É para mim grato recordar que, entre 1990 e 2001, tive a honra e o privilégio de poder representar o meu país nas Nações Unidas. Foi, sem dúvida, um dos períodos da minha vida mais marcantes em termos pessoais e profissionais. Esta vivência foi caracterizada por uma intensa e nova aprendizagem e por convivência com uma diversidade de assuntos e foi de uma riqueza humana e cultural única.

Ao fazer um "voo" sobre esta minha experiência na ONU e refletindo sobre o que ficou depois de tudo o que esqueci, deambularei sobre factos que vivi ou que entendi, e que justificam o apreço que fiz sobre este período.

Foi assim que, entre Paz e Desenvolvimento, irradicação da pobreza ou persistência da pobreza absoluta (menos de 1 euro por dia), pobreza e doenças que teimam em perdurar, decorreram uma infinidade de cimeiras e de conferências, metas e compromissos que não foram cumpridos. Houve e continua a haver Estados que se consideram acima da Lei e Leis que se consideram acima dos Estados, e Estados mais frágeis que pagam faturas de crises que não provocaram.

Durante este deambular na ONU não fiquei, muitas vezes, feliz com o que vi. Fiquei mesmo muito apreensiva quanto ao estado em que o mundo se encontrava e ainda se encontra. Mas, apesar de tudo o que vi e o que vivenciei, cada vez mais acredito que as Nações Unidas são o maior e o mais importante "Fórum Internacional". Um fórum onde todos os seus membros têm assento e uma palavra a dizer, de acordo com a regra da Igualdade que está contemplada na sua Carta.

Esta minha análise leva-me a questionar se existirá outra organização mundial capaz de "alimentar" um diálogo construtivo entre os povos e, ser melhor para as suas nações do que as Nações Unidas. E, se ainda será possível restabelecer o equilíbrio mundial através da ONU, por forma a evitar o pior – ou seja, uma nova Guerra Mundial.

O futuro das Nações Unidas na Era Trump

No contexto das recentes eleições nos Estados Unidos da América (EUA) e perspetivando o que poderá ser a política externa na Era Trump ao ser proclamado o lema America First, questionamos sobre o que virá a ser a sua política para as Nações Unidas, uma vez que o novo Presidente aparenta ser, um crítico da autenticidade e eficácia dos seus resultados e, já colocou a hipótese da redução ou eliminação da contribuição financeira dos Estados Unidos a várias agências da ONU e organizações internacionais[2].

Perante as hipóteses que Trump já colocou sobre a ONU, qual será a sua decisão a curto-médio prazo em relação a estas: irá propor a sua dissolução?; decidirá mantê-las mas em que moldes?; serão ainda mais politizadas; irá propor a sua reforma privilegiando o seu departamento de Operações de Manutenção da Paz, através da redução das capacidades e da racionalização dos custos; irá reduzir, como já foi anunciado, o financiamento deste departamento de acordo com os interesses específicos dos EUA?

O Prof. Freitas do Amaral, antigo Presidente da Assembleia Geral da ONU, no seu artigo, recentemente publicado no *Diário de Notícias*[2] sobre o Trump e a ONU ao analisar as possíveis mudanças refere que "Pode mesmo acontecer – esperemos que não – que Trump cumpra uma ideia de Bush filho: sair da ONU e formar uma

comunidade das democracias, só com países genuinamente democráticos. Mas, será que estes, por seu lado, aceitariam uns EUA onde o seu presidente atual insulta os países amigos, ameaça os inimigos e governa por decretos?".

Perante este quadro é importante refletir não sobre qual será a política dos EUA para as Nações Unidas, mas também qual será a posição que o novo Secretário-Geral tomará perante uma eventual posição nefasta por parte da Administração americana em relação à ONU. Embora seja ainda muito cedo para especular sobre a posição de Trump, acreditamos que a tendência será perpetuar a influência dos EUA sobre a ONU, continuando desta forma, a eternizar os interesses dos EUA na deliberação das resoluções; Sendo que algu-

mas das suas atuais funções na área do Desenvolvimento e do Ambiente poderão sair prejudicadas.

Envolvente Global

O mundo estava, nos finais dos anos oitenta e princípios dos anos noventa, a iniciar uma profunda mudança que se veio a manifestar de forma violenta com conflitos de diversa ordem no início do século XXI. A este propósito recordo-me de duas obras de Zbigniew Brzezinski escritas naquele período que já antecipavam esta mudança: o Game *Plan* (1986) que analisava o enquadramento geoestratégico e a atitude a ter no posicionamento EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o livro *The Grand Failure. The Birth and Death of Communism in the Twentieth Century* (1989), que como o nome indica, examinava os factos relacionados com o nascimento e a morte do comunismo no século XX[3].

Foi neste cenário internacional de grandes mudanças que o diálogo com os representantes dos Estados-membros de 193 países, especialmente com alguns longínquos ou desconhecidos (dada a sua pequena dimensão e/ou relevância na cena mundial) foi para mim, um enorme desafio e uma grande e gratificante experiência para a aprendizagem e compreensão do que se passava em todos estes países e das suas histórias e seu o posicionamento nas ONU.

Relacionamento e Negociação

Os representantes dos Estados Membros junto das Nações Unidas, meus parceiros nas diversas Comissões, de cujos assuntos me ocupava, eram provenientes de países que, dado o meu fascínio pela geografia humana e política, sempre me suscitaram curiosidade e grande interesse em conhecer. Estes países estão organizados nas Nações Unidas, em diferentes grupos: o Ocidental (inclui os Estados-Membros da União Europeia, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão e os EUA); o Latino-americano (estados membros do continente sul americano e Caraíbas), africano, (países do continente africano) asiático (países da Ásia e Pacífico). Existe ainda o G77 que é um Grupo de países muito heterogéneo formado a partir da Conferência de Bandung[4]. No entanto, nas negociações, não raras vezes, os países demarcam-se do seu Grupo e apresentam as posições nacionais noutros grupos (por exemplo no "Grupo de países amigos") em relação a um assunto específico, onde partilham interesses. Esta situação além de provocar uma certa disfunção nos grupos previamente indicados, já vinha ocorrendo, mas está a suceder cada vez mais.

Acontecia, igualmente que, apesar das posições nacionais de cada país não serem convergentes com as do seu Grupo ou alguns países de outros grupos, as dificuldades eram ultrapassadas e o consenso era alcançado através da negociação e partilha de interesses. Dadas as realidades das diversas idiossincrasias e interesses nacionais, negociar e obter posições consensuais nas Nações Unidas, exige um "jogo diplomático" que se fomenta a partir da confiança que se vai ganhando, a partir do respeito mútuo pelas soberanias e através do diálogo intercultural com os representantes desses países. Esse tipo de relacionamento facilita o construir de pontes de entendimento, para o qual os portugueses têm tanta apetência.

Mas não raras vezes, quando se extremam as negociações e, aparentemente é impossível finalizar uma negociação, que os consensos acabam por se gerar informalmente, à volta de um café no "Delegates Lounge"[5].

Ajuda Pública ao Desenvolvimento

A década dos anos noventa do século XX foi frutífera na realização de Conferências Internacionais, em especial na área do Desenvolvimento, contribuindo assim para um aliviar das tensões existentes mas não para as resolver.

A alteração da política da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) veio, por um lado, facilitar a responsabilização dos governos dos países recebedores da APD através do maior controlo do dispêndio da ajuda e respeito pelos compromissos assumidos (metas e objetivos) adotados nas referidas Conferências-Cimeiras.

Entre estas conferências internacionais, destaco, pela sua importância e abrangência de questões abordadas e compiladas, na denominada Agenda 21, a agenda Cimeira que ficou conhecida por Cimeira da Terra, do Ambiente e desenvolvimento, por ter tido lugar no Rio de Janeiro em 1992. Esta cimeira talvez seja a mais importante na área do Desenvolvimento, por ter relacionado as questões do ambiente com as do desenvolvimento e da relação entre ambas. As conclusões da Cimeira da Terra vieram mais tarde a confluir na formação da teoria e da prática sobre "Desenvolvimento Sustentável"[6].

A partir desta Cimeira seguiram-se outras na área do desenvolvimento como: a Conferência Internacional para a População e Desenvolvimento, Cairo (1994); a Cimeira Internacional para o Desenvolvimento Social, Copenhaga (1995); a Conferência Internacional sobre a Mulher, Pequim (1995); a Conferência Internacional sobre o Habitat, Istambul (1996), as Reuniões do Comité Intergovernamental para as Alterações Climáticas (2001) e a Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento (2002). Desde então tem decorrido versões atualizadas sobre as metas e os compromissos sob a égide de Conferências sobre os mesmos assuntos.

A realização destas Conferências, com objetivos bem definidos, passou a balizar as agendas dos Fundos e Programas das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para as Atividades Populacionais (FNUAP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD; Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e ainda do Banco Mundial, entre outras. Estas Conferências ajudaram a clarificar a partilha de responsabilidades na APD entre países doadores e beneficiários.

Participação em diversos *Fora*

A Presidência Europeia

A experiência que tive durante as Presidências da União Europeia foi, ao mesmo tempo, árdua e fascinante. Árdua pela dificuldade de consenso tarde a confluir quinze estados membros e, cuja posição consensual é negociada com a dos outros Grupos e Países da ONU, para obter o consenso no seio da onu.

A primeira Presidência União Europeia, em 1992, foi marcada na área de que me ocupava, pelas negociações processo preparatório dos capítulos da Agenda 21 e da própria Cimeira do Rio, em que pela primeira vez se tratava ambiente e desenvolvimento em conjunto. Já a segunda Presidência UE, em 2000, ocupou-se do processo preparatório da 1ª conferencia Internacional para o Financiamento ao Desenvolvimento. Esta Conferência, conhecida pelo "Consenso de Monterrey"[7] , abordou pela primeira vez os fundamentos do Financiamento ao Desenvolvimento, assunto que até então era "tabu" para os países doadores que não estavam interessados em financiar o desenvolvimento dos países mais pobres[8]. Os temas tratados nesta Conferência foram o comércio internacional, APD, o investimento direto estrangeiro, a redução da dívida, a mobilização interna de recursos e a estruturação financeira global. Esta Conferencia foi o embrião para a realização de mais três Conferências, onde se refinaram os conceitos e as posições e padrões para o Financiamento, de forma a alargar a base dos financiadores através da mobilização de recursos para financiar a Agenda do Desenvolvimento pós 2015[9].

Assembleia Geral das Nações Unidas

As três primeiras semanas da Assembleia Geral da ONU são dedicadas às intervenções da maioria dos Chefes de Estado de Governo ou dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, os quais se pronunciam em Sessão Plenária. Competiu-me também participar e reportar o teor das intervenções destes representantes ao mais alto nível de alguns países. Recordo-me, pela sua originalidade de algumas das suas intervenções, por exemplo, as últimas vezes que Presidente Suharto da Indonésia[10] participou neste Plenário e que, no seu bem elaborado discurso defendia a educação e a saúde para todos e, no entanto, ignorava e mal tratava o povo de Timor, país que tinha ilegalmente ocupado.

Observação Eleitoral Internacional em Moçambique

As primeiras eleições gerais e democráticas em Moçambique, realizadas em 1994, foram uma experiência extraordinariamente enriquecedora, pela proximidade das realidades e dos problemas humanos, políticos e de desenvolvimento do país, especialmente, no período que se seguiu à luta armada entre os dois partidos políticos - a Frelimo e a Renamo - que se batiam no terreno pelo Poder.

PNUD

No âmbito deste Programa e outros organismos da ONU analisei e avaliei os projetos, na área do desenvolvimento sustentável no Malawi e em Moçambique tendo tido a oportunidade de me aperceber do jogo diplomático e, de certo modo duplo dos países doadores, em relação à APD. Por um lado, demonstravam solidariedade para com os países pobres, mas por outro havia e há dúvidas qual a percentagem dessa APD que fica realmente no país. realmente no país.

Desenvolvimento e os Objetivos do Milénio

Durante a 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas (1995) realizou-se a Cimeira do Milénio, na qual foram estabelecidos oito objetivos com prazos bem definidos, perante uma inegável parceria entre países "ditos" desenvolvidos e em desenvolvimento, com vista a por forma e criar um ambiente a nível local, regional e mundial que conduzisse ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros reunidos para celebrar o quinquagésimo aniversário das Nações Unidas - a Cimeira do Milénio, decidiram adotar medidas-objetivos que visavam a irradicação da pobreza, o acesso ao ensino primário e saúde para todos, igualdade de género e o *empowerment* das mulheres e, entre outros, criar uma parceria para o desenvolvimento. No entanto, nem os compromissos assumidos nem os prazos estipulados foram respeitados, ficando muito aquém do esperado e programado.

A partir desta Cimeira os Fundos e Programas (PNUD, FNUAP, UNICEF, FAO, UNEP e UNIFEM) e agências especializadas como Banco Mundial, UNESCO e OMS passaram a incorporar os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio nas agendas dos seus programas. Dada a estreita relação entre Paz e Desenvolvimento e, o facto de que todos os países que assinaram a Carta constitutiva da criação das Nações Unidas, onde se considera a paz, como uma das premissas mais importantes do seu trabalho, eis porque se considera que esta Cimeira foi tão oportuna e, em tempo, tão útil[11].

Por último, é importante salientar que a 50ª Assembleia Geral e Cimeira do Milénio, que contou com a presença de quase todos os Chefes de Estado ou Governo, foi presidida pelo Professor Doutor Freitas do Amaral. Um facto memorável, visto que o nosso País nunca tinha tido um presidente nesse alto cargo desta organização mundial.

O lugar de Presidente da Assembleia Geral 1995 competia ao Grupo Ocidental e era disputado no seio desse grupo. O então Primeiro-Ministro português apresentou a candidatura do Prof. Dr. Freitas do Amaral a este lugar, o qual já tinha tido cargos políticos e, dada as suas qualidades e uma excelente campanha diplomática foi eleito, em detrimento do candidato finlandês (que era, há anos, o embaixador do seu país junto da ONU)[12]. Com esta vitória o Prof. Freitas do Amaral presidiu à Assembleia Geral da ONU no período de Setembro de 1995 a Setembro de 1996, que aliás coincidiu com as celebrações do 50º aniversário da criação e início de funcionamento das Nações Unidas (1945).

Paz, Conflitos e a Manutenção da Paz

Paz é um conceito amplo, simples e complexo, sendo que muito se tem escrito sobre o mesmo. Para muitos, a paz é a ausência de guerra. Albert Einstein diz que "*A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos*" mas, seguindo o fio condutor da constituição das Nações Unidas, encontramos a definição baseada, no artigo 1ª da sua Carta e que refere que as Nações Unidas foram criadas para "a preservação da paz" através da "coexistência pacífica, não uso da força entre Estados, salvo se previsto na Carta e, sancionado pelo seu órgão máximo, o Conselho de Segurança.

Se os objetivos da Carta da ONU fossem respeitados, não existiriam nem conflitos, nem guerras ou, se os houvesse teriam

de ser autorizados pelo Conselho de Segurança. Desta forma, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral estariam sempre prontos para, logo que se identifique que um conflito iria eclodir, atuariam de imediato, enviando, uma missão exploratória (antes da situação se tornar incontrolável) e, paralelamente, preparando a Missão de Manutenção de Paz a enviar para o terreno, com valências na área securitária mas, igualmente na área do desenvolvimento (ensino e de aprendizagem de conhecimentos uteis localmente para que, não se estabeleça um vazio. A formação e treino contribui para eliminar o vazio e, assim ajudar os povos a viver em Paz e serem autossuficientes[13]. De outra forma, não raras vezes até por eventual influência de países terceiros, estes voltam inevitavelmente à guerra.

O antes e o depois

Antes de mais devo sublinhar que as Nações Unidas que conheço, desde há vários anos, eram muito mais unidas do que são hoje – e isso não poderia deixar de ser, dada a complexidade das alterações verificadas ao nível geopolítico, económico, social e político, nomeadamente com as crises mundiais surgidas no início do século XXI.

Estas alterações tiveram na sua maioria, como génese, o final da Guerra Fria, período no qual se assistiu, de início, a um envergonhado "namoro" entre as duas superpotências - os EUA e ex-URSS. Nesta fase, estas duas superpotências concertavam posições, sendo notória uma mudança de atitude entre os seus representantes, relativamente ao que acontecia até então.

Mas este "namoro" entre os dois países não durou muito tempo e passou-se à fase de "costas voltadas". Este "voltar de costas" deu-se praticamente, ao mesmo tempo que se assistia a um progressivo degradar da segurança mundial e ao ressurgir de conflitos e guerras, um pouco por toda a parte, com a polarização do sistema internacional, os EUA – como única superpotência mundial e, quase simultaneamente, o desmembramento das repúblicas da URSS[14] e as suas independências.

Desde então, até aos nossos dias, as crises e conflitos armados têm proliferado sem parar, assim temos: a crise da Guerra Civil Jugoslava, após a desintegração da ex-Jugoslávia, o desmembramento seguidos de conflitos nas Republicas da ex-URSS, a permanente situação de instabilidade no Médio Oriente, o estado de conflito permanente entre Israel e a Palestina, a guerra entre Israel e Líbano, o 11 de Setembro 2001, em Nova Iorque, a invasão do Kuwait, a que seguiu a do Iraque e, a do Afeganistão, a crise na Geórgia e a guerra na Ucrânia, o desmoronar dos regimes com o assassinato de Saddam-Hussain e Khadafi, as Primaveras Árabes e, a Guerra na Síria[15] e a bem conhecida questão dos refugiados que em doses maciças vão entrando, especialmente na Europa.

Como o ex-Secretário da ONU, Boutros-Boutros Ghali referia, na sua Agenda para a Paz "... não há Paz sem Desenvolvimento, nem Desenvolvimento sem Paz" no entanto, as questões controversas à luz dos novos modelos de Desenvolvimento e a conflitualidade existente refletem-se nas tomadas de posição dos 193 Estados Membros das Nações Unidas e, é por isso que estas missões se tornam desunidas.

Este complexo "novo figurino" adotado nos espaços geopolíticos e geoeconómicos é, não raras vezes oposto àquele das zonas-uniões económicas e políticas, a que os países simultaneamente pertencem. Desta forma a imprevisibilidade e imponderabilidade impera, cada vez mais nos "Fora" internacionais.

Considerações Finais

Voltando ainda ao aparente "namoro" que os dirigentes das duas Superpotências entabulavam no final da Guerra Fria, vemos que eles são os mesmos que, recentemente, se voltaram a "encantar". Particularmente o Presidente dos EUA que está, aparentemente, "encantado" pelo Presidente da Federação Russa. Podemos então perguntar se este "encantamento" não será a outra face da mesma moeda existente em 1990. Seria interessante investigar as possíveis consequências se em certo momento, o "desencantamento" possa surgir e prevalecer o "Business as Usual". Nesse caso, qual o preço a pagar pelas ditas Superpotências e, caso não sejam elas a pagar, quem o pagará?

Estas são algumas das hipóteses, mas não únicas, a considerar:

i) a Europa que, como já vem sendo usual pagará esse o preço o que, de certo modo já está a pagar com as recentes migrações que assolam, todos os dias a sua fronteira;

ii) a China e o conflito com o Japão no Mar da China;

iii) outros países, por exemplo o Irão, Coreia do norte ou outros países.

A terminar, a questão é saber em caso de conflito quem se alia a quem e a que tipo de conflito assistiremos. Dado o avanço tecnológico da atualidade não seria estranho se assistirmos a um conflito através da Cibernética e no Ciberespaço.

Catulina Soares Guerreiro
Secretária da Direção da AACDN
Sócia nº 804/03

Nota Biográfica

Catulina Soares Guerreiro

Licenciada pelo Instituto Superior de Economia, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas e é Auditora do Curso de Defesa Nacional pelo Instituto Defesa Nacional. Tem experiência nas áreas da Diplomacia Multilateral, Relações Externas, Desenvolvimento, Comércio Internacional, Relações Económicas Internacionais.

Foi Assessora no Conselho Executivo do Instituto Comércio Externo, no Departamento Estrangeiro da Caixa Geral de Depósitos; Conselheira para Assuntos Económicos e de Desenvolvimento na Missão Permanente de Portugal junto Nações Unidas e Membro do Gabinete do Comissário Europeu para os assuntos do Multilinguismo

Notas

[1] Este artigo é resultante da minha experiência nas Nações Unidas e das minhas reflexões sobre o que se está a passar no mundo e que mundo é este, onde vivemos.
Deixo um especial agradecimento aos embaixadores Fernando Reino, Pedro Catarino, António Monteiro e Seixas da Costa, com quem trabalhei e muito aprendi.

[2] Os EUA asseguram 28% do financiamento das operações de manutenção de paz da ONU, cujo orçamento anual é de 7,2 mil milhões de euros. Um projeto de decreto de Trump coloca a hipótese de uma redução de 40% da contribuição global dos EUA.

[3] Zbigniew Brzezinski (1986). *Game Plan A Geoestrategic Framework for the Conduct US Soviet Contest; The Grand Failure* (1989) *e Out of Control* (1993).

[4] G77 é um grupo de cariz político que engloba países provenientes de diversos grupos regionais, com interesses específicos noutro Grupo como, e.g. Estados "Encravados - *Landlock countries, Small Island Sates*, entre outros.

[5] Espaço no Secretariado da ONU, em Nova Iorque onde os representantes dos países se encontram.

[6] Desenvolvimento Sustentável provém da designação anglo-saxónica de *Sustainable Development* mas, a designação francófona é *Developement Soutennu*, daí em português o termo mais vulgarizado é Desenvolvimento Sustentável, mas também se pode utilizar o termo Desenvolvimento Sustentado.

[7] O nome deriva do facto da cimeira se ter realizado na cidade mexicana e por ter o México como país anfitrião.

[8] Nesta cimeira reconheceu-se que as fontes financeiras externas não seriam suficientes para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e que era necessário desenvolver novas estratégias para mobilizar recursos internos, nomeadamente privadas (*Público*, 22 de março de 2002).

[9] Financiamento dos oito Objetivos do Milénio (irradicação da pobreza, saúde e educação para todos, igualdade de géneros, entre outros), cujas metas estabelecidas foram estabelecidas na Cimeira do Milénio.

[10] Suharto era o presidente Indonésia, país com o qual Portugal não tinha relações diplomáticas, devido à invasão e ocupação ilegal da ex-colónia portuguesa Timor.

[11] As revisões para avaliação dos resultados obtidos têm-se realizado, de cinco em cinco anos.

[12] Cf. Amaral. F. (2003). "Uma Presidência Portuguesa da Assembleia Geral da ONU", *Nação e Defesa*, p. 49-63.

[13] Ver artigo Coronel Joaquim Santana a propósito da Manutenção de Paz e Nações.

[14] Este é um tema que tem merecido investigações apuradas e, com o tempo a história vai ainda dar-nos acesso a mais informação.

[15] Ver artigo, neste mesmo Boletim, sobre a atual situação que se vive na Síria e no Iraque de Moisés Venâncio.

Ganhar a guerra e a paz no Médio Oriente

Uma perspetiva de desenvolvimento num contexto de crises[1]

Moisés Venâncio

A balbúrdia do Médio Oriente, onde a violência continua impiedosa e ininterrupta, confirma que esta continua a ser das mais, se não a mais sensível região do mundo para a interligação de agendas de políticas internacionais e dinâmicas políticas nacionais/regionais. A Primavera Árabe, que visava implementar a democracia liberal nos países Árabes, afastando velhos ditadores agarrados ao poder, tornou-se numa busca da estabilidade.

Se a Síria e o Iraque dominaram as notícias em 2016, irão continuar a dominar em 2017. Nestes países ainda é preciso ganhar a guerra contra rebeldes e jihadistas e, dar início a processos para ganhar a paz - processos esses que, ao mesmo tempo, refletem a nova ordem regional e internacional emergente[2]. No meio deste quadro de conflito, crise e transição, as Nações Unidas (ONU) têm como objetivo apoiar os processos de paz e amenizar o sofrimento de milhões de pessoas, afetadas pela Guerra, com uma dupla atividade de ação diplomática e apoio humanitário, em grande escala.

No conjunto da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem vindo a envidar esforços para melhor adaptar, uma atuação tradicional no campo do desenvolvimento a situações que se afiguram de conflito prolongado e estrutural com a definição de uma estratégia baseada num conceito em evolução, a "resiliência" ou ao fortalecimento das populações mais afetadas, numa ação que se pauta pela abordagem do desenvolvimento mas que visa, surtir efeitos mais imediatos e de forma a complementar, às carências humanitárias.

Ganhar a Guerra

A Síria e o Iraque continuarão a defrontar um quadro interno caracterizado por conflitos e tensões de vária ordem. Ao contrário do que usualmente se pensa, creio que a Síria com o seu longo processo para consolidar a paz, a estabilidade e a reconstrução, ainda será o cerne de uma elevada cooperação internacional, em 2017.

Ganhar a Guerra

A Síria e o Iraque continuarão a defrontar um quadro interno caracterizado por conflitos e tensões de vária ordem. Ao contrário do que usualmente se pensa, creio que a

Síria com o seu longo processo para consolidar a paz, a estabilidade e a reconstrução, ainda será o cerne de uma elevada cooperação internacional, em 2017.

A Síria

Após seis anos de combates e de grande sofrimento humano, 2017 pode ainda ser o ano do Acordo de Paz. A iniciativa Rússia-Turquia da Cimeira de Astana que reuniu, em conjunto com a crescente força do Governo no terreno, pode ser fator determinante para dar o alento decisivo às conversações de paz, que têm decorrido sobre a égide da ONU, em Genebra. Porém, sem menosprezar a importância de um eventual acordo para paz a longo prazo e, para a melhoria de condições de vida da população, este será por enquanto, um acordo parcial dado que, as conversações se limitam a negociar com a oposição e com vários grupos rebeldes e não incluem o Estado Islâmico (EI) nem a sucursal local da Alquada, Jabhat Fateh al-Sham (antiga al Nusra), por ambas serem consideradas como grupos terroristas.

A Síria será assim caracterizada, nos tempos mais próximos, pela continuação de um esforço militar pelas autoridades Sírias aliadas à Rússia e, direta ou indiretamente, à coligação internacional, contra o Estado Islâmico (EI) e a Alqaeda. A paz global no país prevê-se ser um processo paulatino, com a coexistência de conflito armado e a implementação de uma possível transição política, ao abrigo do Acordo de Paz em negociação.

O Iraque

No contexto do Iraque 2017, ou pelo menos os primeiros meses serão ainda caraterizados pela guerra contra o Daesh, em especial em torno do último grande reduto do EI no país, Mossul. Após os três meses inicialmente previstos pelo PM Abadi para reconquistar a cidade, antecipa-se que esta batalha seja a mais longa e que se prolongue pelos primeiros seis meses de 2017. No momento em que estou a escrever este texto, o exército iraquiano já tinha reconquistado a parte Oriental da cidade. Contudo, prevê-se que a conquista da parte Ocidental seja uma batalha mais difícil, dado que o terreno é caracterizado por vielas e ruas estreitas que dificultará os acessos e facilitará ataques suicidas e franco atiradores.

2017 poderá assim resultar na redução significativa ou na eliminação da presença do Daesh no país. Porem, a derrota significativa do Califado, apesar de um contributo significativo para ganhar a paz, não

significa por si só a estabilidade no país pois trará a tona os desafios e as batalhas latentes da política e o processo de reconciliação nacional.

1. Ganhar a paz: na Síria

A Síria será possivelmente, em 2017, pela coexistência de um conflito quente 'ativo' contra o EI e a Alqaeda e, ao mesmo tempo, com o início de um conjunto de ações ligadas as atuais negociações, que visam gerir a transição no país e, cujos objetivos são: a retoma, a reconstrução e outros que possam vir a ser acordados à volta do poder político. Os termos finais do acordo de paz e as ações prioritárias a desenvolver que possam constituir uma transição pós acordo no país, estão ainda, em negociação. Porém, dada a continua aceitação pelas partes da resolução 2254 do Conselho de Segurança (dezembro 2015) e do comunicado de Genebra que estabelecem um mapa para a transição política no país, as principais questões que possam constar do acordo são previsíveis.

A População: pedra angular do apoio a uma transição pós Acordo

Um pós acordo sustentável tem que atender a situação socio- económica da população e traduzir-se numa melhoria do seu nível de vida para a população, de formar a garantir contra retrocessos ou crescente insatisfação que possa alimentar extremismos. É importante lembrar que apesar de toda a emigração Síria nos últimos 18 meses, a maioria da população Síria, uns 17.5 milhões, mantêm-se ainda dentro da Síria! Traduzir o eventual acordo de paz numa melhoria do nível de vida da população, deverá ser a pedra angular da transição no pais, a consolidação de estabilidade e em parte, uma contribuição importante para o contínuo esforço militar contra o Daesh e a Fateh Al Sham (AlNusra/Alqaeda).

Após seis anos de conflito, 13,5 milhões de pessoas dependem da assistência humanitária, 6,3 milhões deslocados no seio de comunidades a braços com grandes dificuldades. Estima-se que 86% da população vive no limiar da pobreza e que o desemprego atinge os 53%. Estima-se ainda que, a guerra tenha custado à Síria, cerca de 202 mil milhões de dólares e quatro décadas de retrocesso socioeconómico[3].

Uma das prioridades imediatas, no pós-acordo na parceria entre todos os parceiros/doadores deveria ser, implementar políticas de emprego imediato, temporário e apoiar a retoma económica do país. Os centros urbanos devem ser o centro prioritário das atenções, uma vez que abrangem cerca de 65% da população atual da Síria e, podem vir a ser destino principal

de refugiados que regressem às suas zonas de origem. Igualmente importante é, o processo de desminagem para libertar áreas e estruturas para o processo da retoma socioeconómica.

i. Reforço das Capacidades Institucionais

Os custos da guerra, o isolamento das autoridades de Damasco e as sanções internacionais têm criado limites significativos para a atuação das instituições governamentais. Existe um forte consenso, independentemente das escolhas políticas sobre a natureza do futuro Governo pós acordo, que é evitar o colapso do elenco das Instituições governamentais e da panóplia de Ministérios, de forma a mitigar o risco de um novo Estado falhado, reduto de crime e extremismo. O apoio às capacidades nacionais deverá, portanto, constituir uma prioridade imediata para o apoio internacional no pós-acordo por estas desempenharem um importante papel na transição. De entre estas: a Comissão eleitoral, Comissão para os refugiados, Ministério do Plano, Ministérios da Justiça e da Economia.

ii. Reconciliação

Seis anos de Guerra deixaram um legado de grandes recriminações, rixas, ódios e desconfiança entre vários grupos da população. Promover a reconciliação surge, neste contexto, como uma prioridade a todos os níveis e deverá ser parte integrante de todos os programas desenvolvidos para a apoio pós acordo pelos parceiros nacionais e internacionais. Antecipa-se que um futuro acordo, com base na resolução 2254 do Conselho, venha a ter como centro da transição pós acordo e a reconciliação nacional, a realização de um processo de consulta Constitucional e eleições pluripartidárias. Contudo, existem dúvidas quanto ao melhor período para realização de eleições, receando-se que estas possam exacerbar ódios e rivalidades, o que é contra o objetivo de promover a estabilização e a reconciliação.

iii. Refugiados

O regresso de refugiados e as condições para este processo ter lugar de uma forma condigna e de modo a contribuir para a estabilidade e a retoma, será outra prioridade significativa. Este será um processo complicado que necessitará de uma grande coordenação, entre um amplo leque de ações que vão desde, o apoio à emissão de documentação civil para reaver propriedades e a abertura de micro e pequenas empresas.

iv. A Segurança

Apesar de não se saber ao certo o número de grupos de guerrilheiros e /ou milícias, associadas às várias partes, que existem atualmente na Síria, há que preparar para a sua desmobilização e a sua reintegração socioeconómica, de forma a não constituírem uma nova leva de insatisfação, capaz de contribuir para uma crescente insegurança. Encontrar respostas, para o futuro das milícias e ou grupos de guerrilheiros serão também, um processo chave para mitigar e eliminar toda a economia de guerra, que tem surgido na Síria. O reforço da segurança e, a reforma do que hoje são as várias forças "supostamente" policiais, espalhadas pelo território e ligadas ao poder que imperam nas respetivas zonas, assim como, rever o atual Sistema judicial que, consiste em 5 tipos de tribunais serão, outras das importantes prioridades, no processo de transição na Síria.

2. Ganhar a Paz: no Iraque

O Estado Islâmico tem articulado, ao longo do último ano, uma estratégia que prevê a retirada, se bem que temporária, para o deserto caso perca Mossul. Porém, é difícil antever que este cenário constitua a eclosão de um novo conflito significativo, mesmo assumindo contornos de uma guerra de guerrilha, em certas partes do país, dadas as perdas do grupo na defesa de Mossul e os ataques simultâneos que poderão aumentar na parte Síria do califado, nos primeiros meses de 2017. É

verdade também que o EI tem sempre surpreendido pela sua força e capacidade bélica, mas a eclosão de qualquer novo conflito significativo no Iraque, prende-se mais com os desafios inerentes a gestão e evolução do processo político interno que por iniciativa do que restara do EI ou outro grupo semi ou paramilitar. Assim, a eliminação ou redução significativa do EI não garante a paz, apenas a possibilidade de concentrar esforços num processo nacional para ganhar a paz em torno da reconciliação nacional.

i. Competição Política

Ao mesmo tempo que se trava a batalha final contra o EI, o clima político já fortemente crispado, poderá ainda registar uma subida de tensão com as possíveis eleições provinciais previstas para 2017 e a antecipação de eleições nacionais marcadas para 2018. No atual contexto, ambos os atos eleitorais contribuirão para exacerbar rivalidades e a competição política principalmente entre xiitas e sunitas, mas também entre as várias sensibilidades e correntes políticas, em cada uma destas principais etnias.

ii. Orçamento

A descida do preço do petróleo, único motor da economia iraquiana tem, imposto limites significativos à ação do Governo, em especial no que se refere às políticas de desenvolvimento e criação de emprego, a continuação das atuais condições ou qualquer nova queda no preço do barril do petróleo, que torne mais escassos os recursos no orçamento do Governo, pode ainda contribuir para empolgar a tensão política e a desconfiança entre as várias partes Iraquianas.

iii. A Questão Curda

A guerra da libertação de Mossul e o recente acordo entre Bagdad sobre a partilha do rendimento do petróleo tem apaziguado as querela politica entre esta região autónoma e governo da capital iraquiana.

Ao mesmo tempo, a expulsão do EI de Mossul e a libertação da cidade e da província pode ainda reabrir um clima de tensão entre Erbil e Baghada sobre a definhação das fronteiras do território da região autónoma curda. Um agravamento das condições económicas pode ainda também causar maiores dificuldades no relacionamento entre Curdos e o poder central em Bagdade, assim como reforçar as rivalidades entre os vários grupos Curdos na região autónoma.

iv. Tribos

O conflito no Iraque tem muitas vezes sido apresentado exclusivamente em termos da tensão político-religiosa entre xiitas e sunitas. Se bem que esta rivalidade tenha condicionado o sistema político, e também verdade que o a forte tradição de tribos no pais, também muito contribui para dinâmicas locais de conflito e ou reconciliação. E importante não esquecer que cooperação das tribos sunitas, devido ao ódio dos políticos xiitas em Bagdad, muito facilitou a expansão e a rápida conquista pelo EI de um terço do território Iraquiano e a proclamação do Califado.

O facto de as tribos e os jovens sunitas e xiitas terem sido armados pelas várias partes Iraquianas, poderá ainda constituir um fator de insegurança e um problema para a reconciliação, a todos os níveis. Segundo um recente relatório do Crisis Group[4], o pós-EI irá também opor os jovens colocados nas chefias das tribos em zonas Sunitas contra os chefes idosos, que são visto como cobardes e que fugiram da investida do EI para Bagdad ou países vizinhos. O reequilíbrio das chefias destas tribos pode ainda ser crucial para a manutenção da paz e segurança a nível local no Iraque. As tradições tribais no Iraque, no que diz respeito a resolução de disputas e reconciliação, como em muitos países, obrigam também a cerimónias com os chefes tribais e, ao pagamento de obrigações para se repor ofensas ou crimes cometidos contra outras tribos. Este processo assumirá a maior importância nos pós-EI e, na regularização das relações entre tribos vizinhas e poderá, naturalmente reforçar ou dificultar, o processo de reconciliação local e nacional.

v. Turquia e Irão

A Turquia, aliada por vezes dos EUA, e o Irão, aliado por vezes da Rússia, mantém um interesse ativo nos desenvolvimentos no norte do Iraque, onde acompanham atentamente, se não com alguma preocupação o poder nesta região do Iraque. Ancara preocupa-se com os curdos e um possível reforço da sua influência num Mossul pós-Daesh, e nisso poderá não divergir muito das preocupações do Irão, que no entanto, mantem fortes e antigas ligações com o segundo maior partido Curdo o PUK (Patriotic Union of Kurdistan (PUK), que vêm desde os tempos da ditadura de Sadam Hussein).

vi. O Poder Religioso

Muitas vezes esquecido, mas importante é ainda o papel do líder religioso dos xiitas no Iraque. O Aiatola Ali al-Sistani tem sido um polo de moderação, venerado por xiitas e mesmo respeitado por sunitas. Pautando-se sempre pela necessidade de se afirmar acima da retorica e do facciosismo político, tem sido uma força unificadora e de estabilidade: forçou os Americanos e a ONU a realizarem eleições em 2005 para reforçar o processo democrático, apelou à mobilização contra o EI em 2014, após a queda de Mossul e apoiou a substituição do Al Maliki a favor do mais moderado e atual Primeiro-ministro Abadi. Apesar de não ser, declaradamente um ator político, a história pode ainda, mostrar que ele foi um grande Estadista, nesta fase da história iraquiana. A idade avançada do aiatola Ali al-Sistani levanta preocupações sobre a sua morte e as consequências para a estabilidade política, com a perda de uma voz moderada, capaz de se situar acima da "bagunça" política e de extremismos, para unir e acalmar.

vii. Mossul: o busílis da questão

A inesperada queda de Mossul foi assim um rude golpe para o poder de Bagdad. Para além da ineficácia do exército Iraquiano, se Mossul se sentira humilhada por Bagdad desde 2003, então esta dava agora uma lição de humildade ao poder instalado na capital Iraquiana.

O recente historial e as sensibilidades étnico-religiosas, em torno de Mossul tem pautado o esforço militar pela cidade estabelecendo-se desde início um acordo claro entre o PM Abadi e as várias partes interessados, que nem as milícias xiitas, nem as forças Curdas do Peshemerga, entrariam na cidade de Mossul durante a batalha para a sua libertação. Acordou-se

que as milícias xiitas operariam no teatro de guerra a Oeste da cidade para cortar as rotas de abastecimento ao EI e que as forças curdas apoiariam a retaguarda do ataque pelas forças governamentais na parte leste da cidade. O acordo mantém-se.

Se a queda de Mossul revelava em 2014, a fraqueza do Iraque e o abismo entre sunitas e o poder central xiita em Bagdad, a sua conquista visa agora reafirmar o poder da capital, sobre um Estado pós EI e abrir uma nova oportunidade de reconciliação, entre Sunitas e Xiitas.

Dada a importância da Reconquista da cidade para um Iraque pós EI, existe o receio que o fim do poder do EI em Mossul deixe um vazio a ser preenchido pela disputa de vários interesses e violência, nomeadamente entre xiitas, sunitas, curdos e Yazidis, se a administração da cidade não for rapidamente reposta. Existem já sugestões, para a criação de um estatuto especial autónomo para toda a província de Ninava dada a sua diversidade étnica. Não esquecer, conforme acima referido que o Irão e a Turquia também acompanham, atentamente, este processo e que o resvalar da situação arisca, a uma maior intervenção da Turquia e/ou do Irão, complicando ainda mais a situação. Por todas estas razões, não existe garantia que a "libertação" de Mossul gere mais estabilidade na região, pelo menos numa fase inicial e podendo até agravá-la, se não for bem gerida.

Clarificar e repor rapidamente uma administração na cidade, capaz de gerir a reconstrução e a reconciliação, antes que a violência surja associada a ódios, vingança e ressentimentos acumulados durante os dois anos do EI, afigura-se como uma prioridade absoluta. Em última instância, cabe a Bagdad persuadir Mossul e os seus habitantes que estão melhor sobre o seu domínio direto, através de ações concretas e rápidas de apoio à reconstrução e revitalização da cidade.

3. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Tanto no Iraque como na Síria, as Nações Unidas têm desenvolvido operações de alta envergadura para apoiar os milhões de deslocados e refugiados afetados pelo conflito, em ambos os países. No caso da Síria, dado o isolamento do regime de Damasco, o Conselho de Segurança da ONU criou um sistema de apoio humanitário designado de "Whole of Syria" ("toda a Síria"), um tanto à revelia do Governo Sírio mas, para tentar ultrapassar as dificuldades políticas, no terreno. No Iraque, a ONU leva a cabo, em moldes mais tradicionais, uma das maiores operações humanitárias em curso, para fazer face aos efeitos da continuação da Guerra contra o EI e para apoiar os atuais 3,5 milhões de deslocados que ainda podem aumentar, devido aos combates ainda, em curso. A ONU apoia também as negociações para a paz na Síria através do "Gabinete do Enviado Especial do Secretario Geral para a Síria" baseado, em Genebra. No Iraque, por sua vez, a operação política visa reforçar o diálogo entre as partes e promover, a reconciliação nacional.

Adaptar o desenvolvimento a crises prolongadas

Reforçar a relevância do PNUD, uma agência vocacionada para o desenvolvimento a prazo, nestes contextos de crise prolongada e, de maneira a mitigar o impacto da crise nos povos mais afetados e vulneráveis tem sido um objetivo prioritário, para o PNUD.

Síria e o PNUD

Na Síria e sob autorização do conselho executivo do PNUD tem desenvolvido, um trabalho baseado em dois eixos principais: primeiro de apoio a formação profissional, pequenas empresas, e emprego temporário e, o segundo, de recuperação de pequenas infraestruturas locais que permitam o funcionamento de serviços sociais básicos essenciais (incluindo a remoção de entulho e destroços para permitir a reabilitação). As atividades do PNUD são implementadas diretamente por organizações de cariz caritário ou religiosos e em zonas onde existem necessidades prioritárias e, ao mesmo tempo, condições de segurança para as operar. O principal objetivo do PNUD é, dentro das suas possibilidades, apoiar as capacidades do maior número de pessoas carenciadas e afetadas, de forma a superarem melhor a crise e assim, estarem preparadas para participar ativamente, no eventual processo de retoma e reconstrução do país. A sua estratégia visa também, complementar o apoio humanitário e, criar condições nas populações para evitar uma crescente dependência, na assistência humanitária externa.

Em 2016, o apoio do PNUD beneficiou cerca de 2,2 milhões de pessoas, entre beneficiários diretos e indiretos. Esta ação mostra que apesar de todas as limitações de varia ordem, e possível ir para além do apoio humanitário em contextos de crises e melhor prepara os mais afetados para beneficiarem de um eventual processo de retoma.

A necessidade de uma nova abordagem internacional para os conflitos prolongados: a "resiliência"

Conforme o PNUD tem sustentado ao longo dos últimos dois ou três anos e, como foi sublinhado na cimeira humanitária que teve lugar na Turquia, em meados de 2016[5],

a comunidade internacional tem que encontrar respostas mais apropriadas para a gestão de crises prolongadas que vão para além do simples, apesar de às vezes muito complexo, aprovisionamento de assistência humanitária. Estas crises exigem portanto uma nova parceria entre atividades do tipo desenvolvimento viradas para o reforço das capacidades dos mais afetados em coordenação e, de forma, a complementar o apoio humanitário, evitando que este seja, a única resposta da comunidade internacional.

Como foi avançado pelo Fórum sobre a resiliência organizado pelo PNUD na Jordânia, em Novembro de 2015, e pela Cimeira de Londres de Apoio aos Sírios, organizada pelo Alemanha, Reino Unido, ONU, Kuwait, e Noruega, em Fevereiro de 2016, as futuras respostas internacionais a crises prolongadas tem que melhor definir estratégias que melhor equilibrem a resposta às prioridades humanitárias, com atividades que explorem todas as oportunidades para fomentar o desenvolvimento socioeconómico. Tais estratégias têm, também como objetivo, criar melhores condições para a retoma e para a participação ativa da população quando termina a crise e se dá inicio, aos processos de retoma e/ou reconciliação[6].

A ação destes tem sido, particularmente relevante e premente para os países que defrontam graves crises decorrente da situação dos países vizinhos, como o Líbano e a Jordânia[7]. Apesar das dificuldades a todos os níveis, para fazer face ao enorme aumento da população, o estatuto de "país de rendimento médio" impede estes países, neste caso, em especial, o Líbano e a Jordânia, de ter acesso a fundos concessionários existentes nas organizações internacionais. O Banco Mundial tem tentado ultrapassar esta questão, e recentemente criou, em Abril de 2016 um novo fundo para o Médio Oriente.

O PNUD no Iraque

No Iraque, o PNUD tem desenvolvido um programa mais amplo, tendo em conta, os aspetos tradicionais, das suas inter-

venções, em situações de crise e pós crise e tem tido uma adaptação inovadora, na área da retoma e recuperação que visa responder à necessidade imediata de consolidar a estabilização do país, em especial nas localidades conquistadas ao EI.

A Estabilização

O conceito de "estabilização[8], após o acordo de paz" tem sido articulado especialmente pelos EUA, o Reino Unido e recentemente pela Alemanha, em especial, no caso do Afeganistão e após a invasão inicial do Iraque, pelas forças americanas. Este conceito, ainda não gerou um consenso internacional mas, procura articular a necessidade de uma estratégia que melhor interligue o apoio e a implementação do processo político para alcançar a paz, com segurança e desenvolvimento. Outro elemento chave da "estabilização" é o repor da autoridade do Estado em zonas de conflito, onde esta tenha sido reduzida ou eliminada. No entanto, não existe de momento, uma estratégia comprovada neste sentido e o conceito de 'Estabilização" ainda está muito associado às campanhas militares americanas e britânicas no Afeganistão e no Iraque, durante a invasão de 2003.

De um modo geral, o apoio do PNUD, em contextos de pós-conflito e na sequência de acordos de paz traduz-se no apoio a processos de diálogo inclusivo, processos de médio/longo prazo associados a reforma do Estado e à recuperação socioeconómica local, assim como processos específicos ligados à retoma como, a desminagem ou a reintegração de desmobilizados ou refugiados/deslocados.

PNUD e a Estabilização no Iraque

No Iraque após várias discussões, o PNUD definiu uma iniciativa com base nos objetivos tradicionais do desenvolvimento, mas com efeitos mais imediatos e que visem a estabilização e a retoma, nas localidades conquistadas ao Estado islâmico.

Em 2015, o PNUD, o Governo iraquiano e a coligação internacional chegaram a um acordo sobre a criação do Fundo Financeiro para Estabilização Imediata (FFEI). As prioridades seriam e são definidas pelo gabinete do Primeiro-ministro e a implementação ficou a cargo do PNUD. O FFEI visa, melhorar no período de três meses as condições de vida, nas localidades libertadas do EI, através da recuperação de infraestruturas locais: escolas, clinicas médicas, água e saneamento básico, eletricidade, entre outras. Este Fundo de Estabilização apoia ainda, o pequeno comércio local através de apoio no capital inicial e prevê também apoio especial a lares, em que a mulher é o chefe de família, para evitar a marginalização destas famílias. O FFIE constitui, de momento, a iniciativa mais importante de apoio às zonas libertadas do EI, no que diz respeito à sua retoma, consolidação de paz e reconciliação. O programa tem tido um efeito significativo para o regresso de deslocados. Durante 2015, mais de um milhão de deslocados regressaram às suas zonas de origem. Em Ramadi, até agora, o programa facilitou o regresso de 300,000 pessoas e 170,000 para Fallujah, localidades que foram antigos bastiões do suposto Califado.

Esta iniciativa do PNUD tem também permitido e reforçado a capacidade do Estado central, provincial e local no que diz respeito à prestação de serviços básicos mínimos, em localidades, maioritariamente sunita, que fizeram parte do Estado islâmico ao longo dos últimos dois anos. Este elemento é central numa altura em que o Governo de Bagdad tenta impor-se como um governo, de todos os iraquianos. O sucesso deste programa e a escassez de outras iniciativas para continuarem o apoio inicial do FFEI levou, o PNUD a criar em 2016, uma segunda modalidade de apoio, vocacionado para as atividades de médio prazo, que vão para além dos três meses iniciais, assim como apoiar projetos de maior envergadura, e portanto com maior impacto na criação de emprego, nomeadamente, a recuperação de hospitais, universidades, estradas e rede elétrica. Esta segunda modalidade é destinada a cobrir as províncias mais afetadas pela presença do EI, Anbar Diyala, Salahadin e Ninewah. O FFEI tem um orçamento global de 400 milhões.

O PNUD tem ainda um programa complementar para zonas que tenham sido afetados pelo conflito e palco de combate e destruição, mas que ou não tenham feito parte do Califado ou tenham sido libertadas há mais tempo. Este programa centra-se, no conceito de desenvolvimento local e visa estimular a economia local e as atividades geradoras de rendimentos.

O FFEI esta a preparar para a Estabilização de Mossul. O PNUD já facultou acima de 40 milhões, para o equipamento necessário e já deu início ao trabalho em localidades perto, do leste urbano de Mossul. Contudo, há que reconhecer que Mossul será uma operação complicada e de grande envergadura e se apenas se fizer o mínimo, será muito pouco.

A Estabilização de Mossul será, certamente um teste para esta abordagem do PNUD, assim como para a evolução e a definição do conceito operacional de estabilização em situação de pós-conflito, de modo a produzir resultados rápidos, capazes de repor a autoridade do Estado, fomentar a retoma socioeconómica e o bem-estar da população.

Moisés Venâncio

Nota Biográfica

Moisés Venâncio

Licenciado e Mestre pelas Universidades de Kent, Canterbury e Cambridge. Antes de entrar para a UNDP, em 1994, foi Investigador do Instituto de Estratégia e Estudos Internacionais. Publicou vários artigos e livros sobre a paz e transição sobre África do Sul, nos anos 90s. Foi Jovem Profissional português no PNUD em Moçambique, tendo entrado para o PNUD, onde foi Representante Residente Adjunto na: Arménia e Bósnia Herzegovina; Responsável principal: Balcãs Ocidentais e pelo programa quadro atividades nos países em crise e pós crise; Assessor países Golfo e Somália; e pelos países em conflito: Egipto, Jordânia e Líbano, Iraque e Síria.

Notas

[1] O artigo reflete única e exclusivamente a opinião do autor e não veicula qualquer posição de organizações multilaterais, nacionais ou locais.

[2] É importante referir que, apesar de semelhanças gerais, a Síria e o Iraque apresentam contextos e dinâmicas internas diferentes.

[3] Dados publicados em Syria at War: Five Years On, ECWA, 2016 (ver tambem World Vision and Frontier Economics, The Costs of Conflict for Children, 2016).

[4] Fight or Flight: The Desperate Plight of Iraq's "Generation 2000" International Crisis Group, 2016

[5] World Humanitrain Forum.

[6] Uma resposta mais eficaz da comunidade internacional às crises prolongadas pauta-se também pela disponibilidade da comunidade doadora de se comprometer com fundos plurianuais, que permitam melhorar o planeamento de ações, num horizonte temporal mais alargado e uma maior mobilização de recursos financeiros e técnicos disponíveis nas instâncias financeiras internacionais, como o Banco Mundial e os Bancos regionais.

[7] Estes países têm sido muito afetados, no contexto da crise Síria, em termos de crescimento económico, e pela onda de refugiados Sírios que hoje representa cerca de 20/25 % da população, em cada um daqueles países.

[8] A ONU também ainda não definiu, claramente, o conceito de estabilização apesar de existirem várias missões de estabilização a operar, nomeadamente na Republica Democrática do Congo e no Haiti.

A minha experiência nas Nações Unidas

Tiago Pitta e Cunha

A minha experiência nas Nações Unidas começou há mais de 20 anos, mas marcou-me de tal maneira que parece que aconteceu o ano passado. São muitas as razões que me levaram a vivê-la como a experiência mais intensa que pude viver até agora. Desde logo, porque desde pequeno, ainda miúdo, me fascinaram os países, as suas bandeiras, as alianças e as políticas mundiais, que tanta turbulência e também tanta harmonia criaram ao longo do século XX. Foi, aliás, por causa desse fascínio pelas relações internacionais que deixei o direito, área que me tinha ocupado desde os bancos da universidade.

Para além disso, o que mais me marcou foi a realidade das Nações Unidas, que ao contrário da norma da vida em que a realidade deixa sempre a desejar comparativamente às expectativas, igualmente me encantou pela sua vivacidade, diversidade e complexidade. Com efeito, nas Nações Unidas defrontamo-nos com um dos ecossistemas humanos mais ricos deste planeta. Os representantes de todos os Estados membros, com quem estabelecemos relações, não podem ser mais diversos culturalmente, claro está.

Começamos a reconhecer as idiossincrasias dos países de onde são originários, mas acabamos surpreendidos com a falência de muitos estereótipos e preconceitos.

Sem margem para dúvida que o que mais saudades tenho é do vasto grupo de amigos que fiz nas Nações Unidas. Originários de dezenas de países e com os quais tantas horas e com tanta intensidade vivi os anos que por lá andei. Provenientes de todos os continentes, começámos por nos estranhar, mas acabámos entranhados numa amizade forjada pelas causas que partilhámos ou mesmo que disputámos em lados diferentes.

Como a minha agenda e a minha causa era a causa do mar, foi principalmente com os delegados que tratavam dos assuntos do mar que desenvolvi maior proximidade. Recordo-me em particular dos meus primeiros tempos e da quase-hostilidade que recebia das delegações dos nossos parceiros da União Europeia, a quem a agenda do mar era uma agenda de menor importância, comparativamente com os de outros Estados que tinham um interesse central na questão dos oceanos. Recordo-me também com boas memórias das eleições para posições relacionadas com os oceanos que invariavelmente ganhávamos, em parte também pelos bons contactos e amigos que tínhamos cultivado através das delegações dos Estados membros da Organização.

Agora, o que mais me alegra ainda hoje pensar foi a sorte que tive de poder representar o meu país, Portugal, e de tudo fazer para reforçar a sua liderança numa causa, a dos oceanos, onde até então andava de costas voltado. Com efeito, talvez pela fadiga que a década de 70 trouxe no que respeita à agenda dos oceanos, pelo esforço que foi a negociação da Convenção de Direito do Mar da ONU, durante os anos 80 e 90 Portugal não foi um país particularmente interessado na agenda internacional dos oceanos e não tínhamos ascendente ou liderança em sede da ONU nessa questão.

Foi para alterar isso que então trabalhámos. Sob o empurrão do Embaixador António Monteiro, que teve a visão da importância da agenda para Portugal, pude, nos anos que lá passei, desenvolver uma visão nacional para os oceanos, e promover essa visão através de uma ação muito intensa nas Nações Unidas. Conseguiu-se guindar Portugal a um patamar de proeminência, incluindo através dos méritos dos especialistas enviados de Lisboa, que se deslocavam a Nova Iorque para abordar os temas especializados, ou dos candidatos que elegemos para os órgãos das Nações Unidas ligados aos assuntos do mar.

Com esse trabalho, Portugal tornou-se sinónimo de embaixador dos assuntos do mar e juntamente com outros países, com quem partilha a visão da importância do mar, tem conseguido mover a agenda dos oceanos e do mar nas Nações Unidas. Esta ação granjeou-nos novos Estados amigos e passámos a poder dispor de mais votos em muitas votações da Assembleia Geral da Organização.

Ter podido contribuir para esse resultado e nesse processo ter tido a oportunidade de conhecer a importância das Nações Unidas e ter feito tantos amigos tornou-se para mim, para sempre, uma experiência maior da minha vida.

Tiago Pitta e Cunha

Nota Biográfica
TIAGO PITTA E CUNHA

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e LL.M. (Legis Master) em Direito Europeu e Internacional pela London School of Economics and Political Science. Iniciou a sua carreira de advogado e assistente dessa Faculdade de Direito. Assessor do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas; Conselheiro na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas; Representante de Portugal nas Nações Unidas para os Assuntos Marítimos e coordenador dos Estados Membros da U.E. durante as Presidências portuguesa e francesa; Representante de Portugal na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; na Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos; no Processo Consultivo Informal das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Coordenador da Comissão Estratégica dos Oceanos; Grupo de Trabalho de alto nível (nomeado pelo primeiro-ministro) e encarregado de redigir uma política nacional para os Oceanos (junho 2003 a Outubro 2004); Membro do Comissário Europeu para os Assuntos do Marítimos, responsável pela Política Marítima Integrada da União Europeia; Consultor do Presidente da República para os assuntos da Ciência, do Ambiente e do Mar. Atualmente é Membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa; Assessor para as Politicas dos Oceanos e questões marítimas; Está encarregado de instituir a Fundação para o Oceano Azul.

O novo Presidente dos USA

Miguel Mattos Chaves

Ao continuar a assistir nos meios de comunicação social, aos comentários sectários, extremistas e nada rigorosos sobre o novo Presidente dos USA, surgem-me algumas reflexões que agora quero partilhar convosco:

- Ficou claro que o atual Presidente eleito venceu contra a "barragem" de insultos das televisões, e dos jornais (exceto a Fox News, o The Telegraph e pouco mais);
- Ficou também claro, que foi sobretudo através do Facebook, Twiter e Instagram, que Donald Trump conseguiu fazer chegar às pessoas as suas mensagens e Programa Político;
- Tal facto pode ajudar a explicar muita desta incomodidade, que se lê e ouve, no seio dos "jornalistas" e nos dirigentes dos principais partidos políticos;
- A gravidade da situação, para esses grupos, é de tal ordem que já só a custo tentam disfarçar o enorme nervosismo face a esta possibilidade de o ocupante do cargo político mais importante da nação mais poderosa do globo passar a dispensá-los do papel de "filtros" ou "mediadores" que chamaram a si.

Foi visível a "incomodidade" da jornalista do "0 minutos" da CBS, quando o Presidente eleito lhe disse, que o seu meio de falar com as pessoas, continuará a ser muito através do contacto pessoal e através destas redes sociais:

Isto porque:

- Se o fizer, como o fez, a comunicação social deixa de ter o monopólio de "dominar" e influenciar as mentes dos cidadãos menos informados;
- Se o fizer, como o fez, a comunicação social em geral (propriedade de grupos de interesses políticos e financeiros), deixam definitivamente de ter o monopólio de dizer o que querem, sem que ninguém os contradiga;

Ora isto é terrível para vários grupos, a saber:

- Para os "comentadores" e pretensos "analistas", que têm imposto a "sua verdade";
- Para os "jornalistas" que deixam de ter a imagem (ainda que falsa) de serem "os donos da verdade";
- O nervosismo e a falta de inteligência, da maioria destas pessoas, expressas nos seus comentários, têm sido flagrantes e denota um nível de inteligência bastante abaixo do que eu esperava.

O Programa do 45º Presidente dos USA

Dito isto, de forma pública e clara, pretendo agora dar alguma informação, tendo por base - o Programa Político - do futuro 45º Presidente, sobre as reais intenções do mesmo e que estão a deixar muito nervosos e incomodados os dirigentes políticos ocidentais:

1º Imigração - o que está no seu programa (não comento discursos de campanha) é:

a) Vigiar mais efetivamente as fronteiras dos EUA, sobretudo com o México;
b) Repatriar os Imigrantes Ilegais, sobretudo os que já tiverem cadastro policial por infrações à lei americana;
c) Impedir a entrada de novos imigrantes ilegais;
d) Vedar mais a fronteira dos EUA/México, quer com redes de segurança, quer com muros, (que já existem em boa parte da mesma) quer em policiamento para suster a imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de drogas, e de armas;
e) Estabelecer especial vigilância sobre os imigrantes que queiram entrar nos EUA, sobretudo os oriundos dos países muçulmanos.

2.º Economia

a) Baixar os impostos sobre as pessoas, reformulando os escalões;
b) Baixar os impostos para as empresas;
c) Requalificar as infraestruturas rodoviárias dos EUA, construídas nas décadas de 1950 e 1960, que estão em estado de degradação visível, recorrendo sobretudo a *joint-ventures* com investidores privados;
d) Requalificar hospitais e aeroportos que estão a ficar obsoletos;
e) Tentar repatriar boa parte da indústria americana, que se tinha deslocalizado para outros países.

3.º Saúde

a) Substituir o "Obamacare" por outro programa;
b) Eliminar do mesmo o que custa muito dinheiro, e que está a arruinar o orçamento dos EUA, e repor os programas pré-existentes de seguros, e programas de reforma em vigor.

4.º Política Externa

a) NATO - desde 1945 que os países europeus quase nada contribuem, quer em meios militares, quer em orçamento, para as despesas da organização;
Pretende que, sobretudo a França, a Alemanha e o Reino Unido, passem a contribuir com mais meios e mais dinheiro e aliviem assim as correspondentes contribuições dos EUA;
b) TTIP - anulação das negociações;

c) NAFTA – renegociação dos acordos em vigor;
d) Restabelecer as negociações com a Rússia, por forma a pacificar a zona euro-asiática;
e) Reexaminar o acordo nuclear feito com o Irão;
f) Introduzir direitos niveladores aos produtos oriundos dos países asiáticos, em que vigorem esquemas de remuneração que distorcem a concorrência sã, e que estão a prejudicar a economia americana; (salários de miséria, inexistência de férias, trabalho infantil, etc.).

Apenas uma nota: é curioso que quase todos os que dizem defender "os direitos humanos" estão agora, em nome da "concorrência leal" ou de um pretenso "mercado livre" contra esta intenção do novo Presidente.

Porque será?

5.º Supremo Tribunal - nomeação de um novo Juiz que defenda a Vida - pró-vida - contra o aborto e suas práticas, para além das razões médicas que antes já estavam contempladas;

Reside, sobretudo aqui, o enorme desconforto dos liberais de costumes.

Estas são as medidas mais significativas que o novo Presidente se propõe levar a cabo, durante o seu mandato.

O resto, meus caros amigos, foram os discursos excessivos que AMBOS (Hilary e Trump) os candidatos proferiram durante a campanha eleitoral, os quais não comento, mas que lamento que AMBOS o tenham feito.

Apenas uma nota:

É curioso que os insultos e acusações constantes de Hilary Clinton a Donald Trump têm passado em branco e que só os que este proferiu em relação e ela tenham sido motivo de notícia nos "órgãos de informação".

Curioso... Mas significativo!

Se cumprir o programa que está escrito e anunciado, e apesar de isso poder "prejudicar" a União Europeia, Donald Trump tem o meu respeito e apoio.

Se eu fosse americano, e à luz deste programa, que os "jornalistas" e "analistas" se esforçaram, e esforçam, por não divulgar ou distorcer, tinha votado nele.

Face a esta realidade qual deveria ser a atitude de Portugal.

Como Português: espero que nos aproximemos novamente dos EUA e do Reino Unido, pois está em formação, de novo e com nova força, o poderosíssimo Eixo Londres-Washington.

Já o previa, embora não por estas razões, há alguns anos (2001), em trabalhos que publiquei sobre "Portugal e o Mar" e sobre os "As Relações Transatlânticas – Cenários Prospetivos".

Tal ação trar-nos-ia várias vantagens económicas, financeiras e políticas, pois:

- Somos um País que está no Centro do Mundo Atlântico;
- O Reino Unido é o nosso mais antigo Aliado (Tratado de Windsor);
- Este eixo reconstruído, será o eixo mundial mais forte, em termos dos capítulos acima enunciados;
- Evitaremos ser dominados pela Alemanha;
- Aliviaremos o domínio excessivo, e esmagador, da U.E. sobre o nosso país, que tenho vindo a denunciar.

Já agora merecia a pena pensar bem no que convosco acabei de partilhar.

Uma última nota:

Não sendo americano e não apreciando de todo os discursos insultuosos de AMBOS os candidatos, apenas me resta respeitar a vontade democrática do Povo Americano.

Tem sido divertido apreciar os discursos contra o "Sistema Eleitoral" americano. E apetece-me perguntar:

- Então durante as duas eleições de Barack Obama o "sistema eleitoral" era bom e a gora não presta?

Uma outra pergunta para aqueles se arrogam o direito de serem os únicos defensores da democracia:

- Então agora que votaram um recorde absoluto de americanos – cerca de 170 milhões de pessoas – os resultados denotam que os americanos são incultos e ignorantes?
- Então durante as duas eleições anteriores os americanos eram a maior democracia do Mundo e inteligentes e sábios? E, de repente deixaram de o ser?

As previsões do Deutsche Bank sobre a Política de TRUMP

Segundo o mais recente relatório do Deutsche Bank, a política anunciada pelo novo Presidente dos EUA, "tem o potencial de criar uma nova era de crescimento da economia americana e pode mesmo vir a servir de padrão para a economia mundial."

Segundo afirmou David Folkerts-Landau, Economista. Chefe do Deutsche Bank "esta política tem o potencial de aumentar o crescimento da produtividade americana", acrescentando que "ao mesmo tempo que Trump introduz a incerteza, isso é melhor do que a certeza da continuação de um cenário medíocre".

Prevê para os EUA, um crescimento do PIB de 2,4% em 2017 e de 3,6% em 2018, contra o crescimento médio do governo Obama que foi de apenas 1,6% ao ano, crescimento que o Deutsche Bank classifica como "the worst recovery since the Great Depression."

Isto deixa muitas pessoas "à beira de um ataque de nervos".

Vamos ver o que o futuro – 1 a 2 anos – nos dirá sobre este novo Presidente Americano, que vai governar para os Americanos, e sobre as suas promessas que fizeram acreditar tanta gente nele.

Uma coisa é certa, Trump é multimilionário, não precisa dos "lobbys" para nada, nem dos partidos políticos e prescindiu do seu ordenado de Presidente dos USA.

E isto é muito incomodativo, sobretudo para o grupo de Bill Clinton e suas "ligações escocesas".

Por mim, vou seguir com muita atenção este 1.º mandato do novo Presidente, do nosso Aliado - os Estados Unidos da América.

Miguel Mattos Chaves
Diretor do semanário *O Diabo*
Auditor de Defesa Nacional

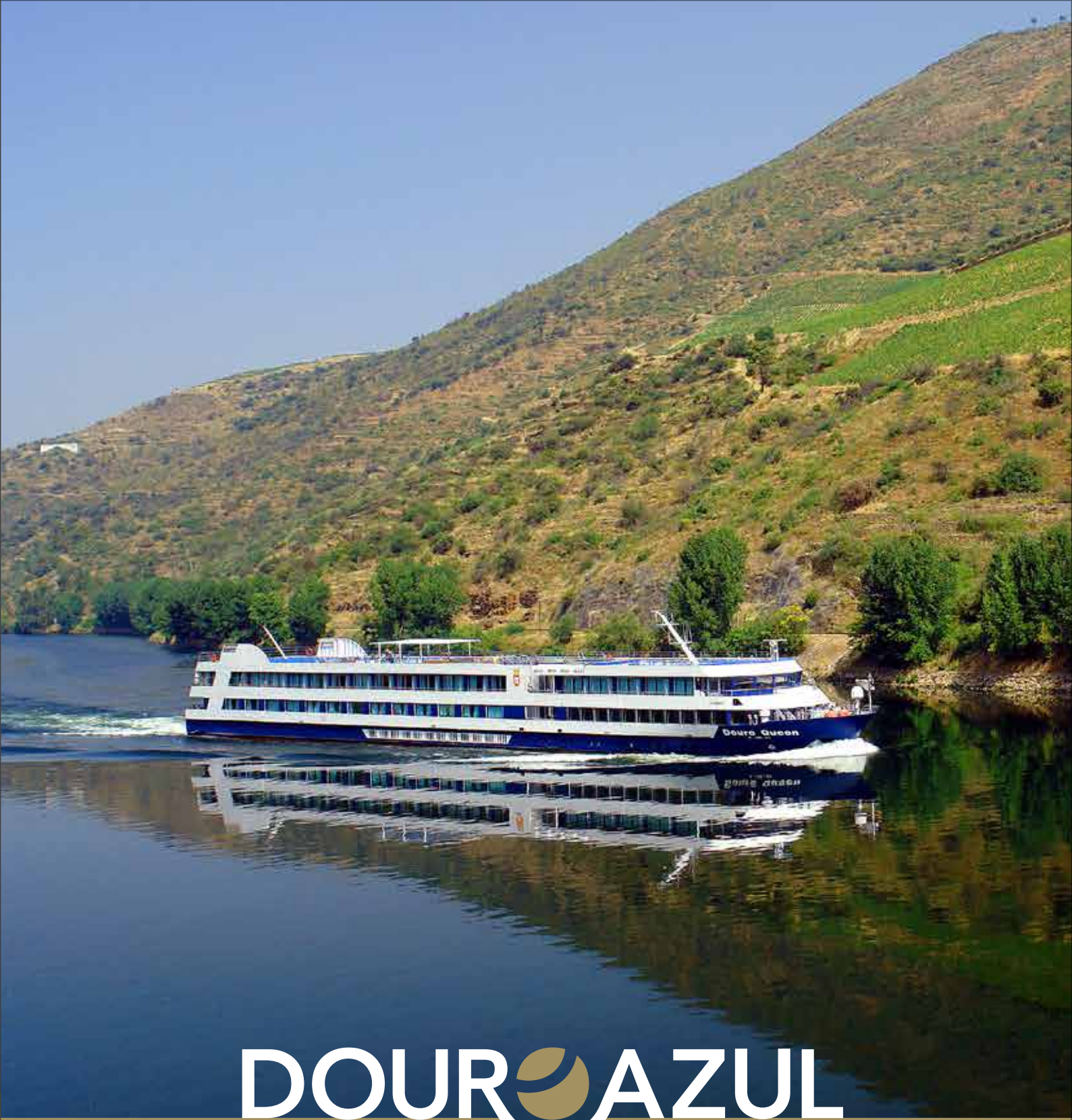
hidrográfico
marinha • portugal

Conhecer o mar para que todos o possam usar

Hidrografia
Cartografia náutica
Publicações náuticas
Segurança da navegação
Assinalamento marítimo
Oceanografia
Marés
Agitação marítima/apoio ao surf
Química e poluição do meio marinho
Geologia marinha
Geofísica marinha
Apoio às obras marítimas
Calibração de instrumentos marítimos
Investigação e desenvolvimento
Base de dados do oceano
Formação em hidrografia e oceanografia
Artes gráficas (produção tipográfica)
Loja do Navegante (Loja online //ln.hidrografico.pt)

Instituto Hidrográfico | Laboratório de Estado
Rua das Trinas, 49 – 1249-093 Lisboa – Portugal | Tel.: +351 210 943 283 |
apoio.cliente@hidrografico.pt | www.hidrografico.pt

apcer ISO 9001 · IQNet · IPAC acreditação Ensaios L0490 Ensaios · IPAC acreditação M0091 Calibração



DOUROAZUL

CRUZEIROS NO DOURO

www.douroazul.com

+351 220 431 006

ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Praça do Príncipe Real, 23 - r/c Dtº | 1250-184 Lisboa
Telefone: 213 465 888 | Fax: 213 257 886

E-mail: aacdn.sede@mail.telepac.pt